

ASP5 - 5ta Asamblea Mundial por la Salud de los Pueblos

**¡Haciendo de la “Salud para todxs”
nuestra lucha por el “Buen Vivir”!**



MOVIMIENTO PARA LA SALUD DE LOS PUEBLOS | ABRIL 2024 - MAR DEL PLATA, ARGENTINA

**Enfrentando o capitalismo e o
imperialismo na luta pela saúde**

Documento de suporte da ASP5



¡Salud para Todos y Todas, Ahora!
Movimiento para la Salud de los Pueblos



¡Salud para Todos y Todas, Ahora!
Movimiento para la Salud de los Pueblos

Enfrentando o capitalismo e o imperialismo na luta pela saúde

ASP5 - 5ta Asamblea Mundial por la Salud de los Pueblos

**¡Haciendo de la “Salud para todxs”
nuestra lucha por el “Buen Vivir”!**



MOVIMIENTO PARA LA SALUD DE LOS PUEBLOS | ABRIL 2024 - MAR DEL PLATA, ARGENTINA

Enfrentando o capitalismo e o imperialismo na luta pela saúde

Documento de suporte da ASP5

V9.1, 5/3/2024

Este documento de discussão foi preparado como um recurso para discussão durante a Quinta Assembleia pela Saúde dos Povos em Mar del Plata, Argentina, de 7 a 11 de abril de 2024. É também o Documento de Referência para o chamado à ação o que será desenvolvido e endossado pela a Assembleia.

Conteúdo

Capítulo 1. Introdução	1
Capítulo 2. A promessa não cumprida de Saúde para Todos	2
Capítulo 3. As barreiras para alcançar estão enraizadas nas forças e na dinâmica do capitalismo transnacional e do imperialismo	3
Capítulo 4. O compromisso do MSP: Construindo um movimento social global para alcançar a Saúde para Todos	14
Capítulo 5. Mapeamento da ordem mundial contemporânea	15
Capítulo 6. Futuros possíveis: implicações para a Luta pela Saúde	24
Capítulo 7. Ação do MSP: enfrentando o capitalismo e o imperialismo	29

----ooooOooooOoooo----

Capítulo 1. Introdução

O objetivo deste documento é apresentar algumas ideias-chave sobre o papel do capitalismo e do imperialismo na reprodução da crise global de saúde. O documento foi concebido como um "recurso de discussão" que pretende informar as discussões na ASP5, inclusive em torno da proposta de chamado à ação. .

Espera-se que os participantes da ASP5 considerem este documento útil durante as discussões em plenárias, subplenárias e oficinas (workshops), bem como em discussões informais.

Nos capítulos seguintes, o documento analisa:

- as promessas não cumpridas do programa Saúde para Todos,
- as barreiras que surgem do capitalismo e do imperialismo para alcançar a Saúde para Todos,
- os compromissos que o MSP assumiu nas Assembléias pelas Saúde dos Povos anteriores de confrontar o capitalismo e o imperialismo como barreiras para a SPT,
- elementos-chave da ordem mundial contemporânea; o que é necessário mudar,
- futuros possíveis, a partir a atual trajetória desastrosa até cenários e possibilidades mais esperançosos, e
- formas de ação; como o MSP pode se preparar melhor para o próximo período de lutas.

----ooooOOOOOOoooo----

Capítulo 2. A promessa não cumprida do Programa Saúde para Todos

Saúde para todos até o ano 2000

A [Constituição da OMS](#) declara que "O gozo do mais alto padrão possível de saúde é um dos direitos fundamentais de todo ser humano, sem distinção de raça, religião, crença política, condição econômica ou social"¹ .

Isso foi reiterado no compromisso "Saúde para todos até o ano 2000", articulado na [Resolução 30.43 da WHA](#) (maio de 1977), que:

- *declarou que a magnitude dos problemas de saúde e a distribuição desigual dos recursos de saúde em todo o mundo eram intoleráveis; e*
- *decidiu que a principal meta social dos governos e da OMS nas próximas décadas deve ser a obtenção por todos os cidadãos do mundo, até o ano 2000, de um nível de saúde que lhes permita levar uma vida social e economicamente produtiva.*

A WHA30.43 foi seguida pela [Declaração de Alma-Ata](#) (em setembro de 1978), que declarou que as desigualdades de saúde prevalentes eram "política, social e economicamente inaceitáveis".

Uma contribuição fundamental da Declaração de Alma-Ata foi a formulação dos princípios da atenção primária em saúde, incluindo a visão dos profissionais de saúde que trabalham com suas comunidades para lidar com as condições que moldam sua saúde (consulte [Newell 1975](#)).

¹. Essa afirmação do direito à saúde foi reiterada no Artigo 12 do [Pacto Internacional das Nações Unidas sobre Direitos Econômicos, Sociais e Culturais de 1966](#).

Enfrentando o capitalismo e o imperialismo na luta pela saúde

Alma-Ata também declarou que o desenvolvimento econômico e social, com base em uma Nova Ordem Econômica Internacional, era de fundamental importância para a obtenção plena da saúde para todos e para a redução da diferença entre o estado de saúde dos países em desenvolvimento e dos países desenvolvidos. (Consulte o [Quadro 1 abaixo](#) sobre a Nova Ordem Econômica Internacional).

A Declaração de Alma Ata não fez referência à crise ecológica emergente, mas, desde aquela época, conceitos como ecossocialismo e "Bem Viver" ganharam maior destaque como diretrizes para responder à ruptura cada vez maior na relação sociedade-natureza ([mais abaixo](#)).

O fracasso de não alcançar as metas do programa Saúde para Todos

O Programa Saúde para Todos não foi alcançado até o ano 2000 (veja o motivo [abaixo](#)). De fato, foi devido ao fracasso da OMS em lidar com os desafios fundamentais de saúde enfrentados pelas comunidades de base que as organizações de saúde popular convocaram a primeira Assembleia de Saúde *Popular* (diferente da Assembleia *Mundial* de Saúde) em dezembro de 2000 (consulte [a Carta dos Povos para a Saúde](#)).

Em 2015, a promessa do SPT foi, até certo ponto, refletida nos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da ONU, em especial no Objetivo 3. No entanto, em setembro de 2023, o [Fórum Político de Alto Nível da ONU sobre Desenvolvimento Sustentável](#) reconheceu que:

A realização dos ODSs está em perigo. No ponto médio da Agenda 2030, estamos alarmados com o fato de que o progresso na maioria dos ODSs está se movendo muito lentamente ou regrediu abaixo da linha de base de 2015. Atualmente, nosso mundo está enfrentando várias crises. Anos de conquistas no desenvolvimento sustentável estão sendo revertidos. Milhões de pessoas caíram na pobreza, a fome e a desnutrição estão se tornando mais prevalentes, as necessidades humanitárias estão aumentando e os impactos das mudanças climáticas estão mais pronunciados. Isso levou ao aumento da desigualdade, exacerbado pelo enfraquecimento da solidariedade internacional e pela falta de confiança para superar essas crises em conjunto.

Em 2024, a visão do Programa SPT continua não sendo realizada com relação à assistência em saúde e à saúde da população.

Um relatório apresentado ao Conselho Executivo da OMS em janeiro de 2024 ([EB154/6](#)) informava que:

Apesar das melhorias até 2015, o progresso na cobertura dos serviços essenciais de saúde desacelerou e estagnou entre 2019 e 2021, enquanto os gastos catastróficos com saúde pioraram continuamente entre 2000 e 2019. [...]

Dentro dos países, as dificuldades financeiras se concentraram entre os mais pobres (pessoas que vivem em domicílios menos abastados), principalmente devido às taxas mais altas de gastos empobrecedores com saúde, por desembolso direto. Os gastos catastróficos com saúde foram mais prevalentes entre as famílias com pessoas idosas (com 60 anos ou mais). As pessoas que vivem em áreas rurais e as mais pobres são as que têm menor probabilidade de serem totalmente cobertas por serviços essenciais de saúde e também enfrentam taxas mais altas de dificuldades financeiras.

Outro relatório apresentado ao Conselho Executivo em janeiro de 2024 ([EB154/21](#)) analisou a falta de progresso na abordagem dos determinantes sociais da saúde. O relatório lembrou três metas de orientação estabelecidas pela Comissão da OMS sobre os Determinantes Sociais da Saúde de 2008. Essas metas eram: reduzir pela metade a diferença na expectativa de vida entre os países e entre os grupos sociais dentro dos países, reduzir pela metade as taxas de mortalidade adulta em todos os países e alcançar reduções de 90% e 95% na mortalidade infantil e materna, respectivamente.

Enfrentando o capitalismo e o imperialismo na luta pela saúde

Houve progresso em relação às três metas, mas as taxas atuais de melhoria são insuficientes para atingir as metas até 2040. A desigualdade persiste entre os países e, dentro dos países, onde os dados estão disponíveis, as tendências são muitas vezes desconcertantes. Os subgrupos populacionais desfavorecidos, como aqueles com status socioeconômico e níveis de educação mais baixos e aqueles afetados por discriminação racial, têm vidas mais curtas e mais insalubres.

----ooooOOOOOOoooo----

Capítulo 3. As barreiras para alcançar Saúde para Todos estão enraizadas nas forças e na dinâmica do capitalismo transnacional e do imperialismo

Neste capítulo, são discutidas sete ligações críticas entre a crise da saúde e o funcionamento do capitalismo transnacional e do imperialismo:

- aprofundamento da desigualdade econômica,
- crise fiscal, austeridade e privatização,
- desigualdades globais de gênero e estruturas opressivas intersetoriais,
- leis extremas de propriedade intelectual que impõem barreiras de preço ao acesso a produtos de saúde e concentram as prioridades de inovação em mercados lucrativos, em vez de nas necessidades das pessoas,
- uma iniciativa global para privatizar serviços de de saúde, afetando a qualidade, a eficiência e a igualdade de acesso,
- degradação ambiental, incluindo o aquecimento global,
- sistemas alimentares projetados para maximizar os lucros das empresas (à custa da subsistência dos pequenos agricultores, da degradação ambiental e da saúde das pessoas), e
- guerra e conflito, ocupação e limpeza étnica, migração forçada, regimes autoritários.

Essas forças não são independentes umas das outras. A pobreza e a riqueza obscena se cruzam com todos os outros domínios. A crise fiscal leva os países a se endividarem, o que é então usado (pelo FMI e outras instituições financeiras) para implementar outras políticas neoliberais. O ajuste estrutural imposto pela dívida contribuiu para a reformulação dos sistemas alimentares. A degradação ambiental é acelerada pelos sistemas alimentares capitalistas.

A compreensão da dinâmica que sustenta essas forças requer o reconhecimento de suas histórias no colonialismo de domínio direto, incluindo a escravidão e o genocídio. (Veja mais referências a essas histórias abaixo).

Os fardos impostos por essas diferentes pressões são exacerbados pela desigualdade de gênero quando as dificuldades nos níveis doméstico e comunitário são atenuadas pelo trabalho de reprodução social invisível e não remunerado de mulheres e meninas. [A Oxfam \(2020\)](#) estimou que o trabalho de cuidado não remunerado das mulheres em todo o mundo corresponde a 12,5 bilhões de horas por dia, com um valor monetário estimado em pelo menos US\$ 10,8 trilhões.

Aprofundamento da desigualdade econômica

De acordo com o [Relatório sobre a Desigualdade Mundial](#) de 2022, nas últimas duas décadas:

Enfrentando o capitalismo e o imperialismo na luta pela saúde

A diferença entre a renda média dos 10% mais ricos dos países e a renda média dos 50% mais pobres dos países caiu de cerca de 50x para pouco menos de 40x². Ao mesmo tempo, as desigualdades aumentaram significativamente dentro dos países. A diferença entre as rendas médias dos 10% mais ricos e dos 50% mais pobres dos indivíduos dentro dos países quase dobrou, de 8,5 vezes para 15 vezes.

A desigualdade econômica tem impacto sobre as condições sociais para uma boa saúde de várias maneiras: falta de alimentos, moradia precária, falta de infraestrutura urbana e rural básica e várias exposições ocupacionais. Paralelamente, a desigualdade econômica afeta o acesso a um atendimento de saúde decente. Para bilhões de pessoas, os custos de bolso são uma barreira intransponível para o acesso à saúde.

stO aprofundamento da desigualdade econômica é uma consequência direta do funcionamento do capitalismo do século XXI.

A combinação do rápido desenvolvimento tecnológico e do fornecimento global de suprimentos, sob o controle de grandes corporações transnacionais, criou um descompasso entre a crescente capacidade de produção necessária para atender à demanda global e a necessidade cada vez menor de mão de obra (uma "[crise de superprodução](#)"). Consequentemente, mais pessoas estão desempregadas, subempregadas ou com empregos precários, e a participação dos salários na renda nacional continua a cair (contribuindo para a estagnação da demanda como consequência adicional).

Ao mesmo tempo em que o crescimento econômico desacelera, os lucros das grandes corporações transnacionais aumentam à medida que elas empregam seu poder de monopólio para aprofundar a exploração dos trabalhadores e a manipulação de preços dos consumidores. Com a desaceleração do investimento em nova capacidade produtiva global, os lucros crescentes gerados pelos monopólios globais fluem cada vez mais para os mercados financeiros (consulte "[financeirização](#)" abaixo). Esse fluxo de dinheiro para o setor financeiro flui para empréstimos a famílias, pequenos agricultores e governos, apoiando, na verdade, a atividade econômica contínua por meio do consumo financiado por dívidas. Quando as famílias enfrentam problemas (por exemplo, devido ao aumento da taxa de juros), elas perdem seus ativos para os bancos. Quando os governos enfrentam problemas, são forçados, pelos bancos, a impor austeridade.

Austeridade e privatização

Um segundo caminho por meio do qual o capitalismo contemporâneo reproduz as desigualdades na saúde é a restrição das receitas tributárias e o impacto que isso tem sobre o financiamento público para a saúde, a infraestrutura e os serviços humanos. Os fatores que contribuem para a restrição das receitas tributárias incluem:

- as disciplinas do FMI e dos mercados financeiros (ameaçando vender ações e moeda se os gastos públicos forem considerados muito altos),
- taxas de impostos concessionais exigidas (extorquidas) por investidores estrangeiros,
- os desafios de tributar a economia informal, e
- evasão fiscal por parte das empresas e dos ricos.

Devido à restrição das receitas fiscais, muitos governos são forçados a recorrer a empréstimos do setor privado, o que leva a crises de endividamento e austeridade imposta quando os custos do serviço da dívida excedem a capacidade dos governos, geralmente como consequência do aumento das taxas de juros. Nos últimos anos, com o aumento das taxas de juros, o custo do serviço da dívida externa dos

². Parece provável que essa redução reflita o desempenho econômico dos países do BRICS plus. Consulte [Tricontinental 2024 Parte V](#).

Enfrentando o capitalismo e o imperialismo na luta pela saúde

países em desenvolvimento mais pobres mais do que triplicou, passando de US\$ 26 bilhões em 2012 para US\$ 89 bilhões em 2022 ([Jomo 2024](#)).

A austeridade afeta homens e mulheres de forma diferente, tanto na economia formal, onde as mulheres são a maior parte da força de trabalho de serviços humanos, quanto no mundo do trabalho não remunerado, onde esse ônus aumenta devido ao declínio da socialização do trabalho de assistência.

Devido às restrições ao investimento produtivo (associadas à crise de superprodução), tem havido uma pressão crescente do capital por novas oportunidades de lucro por meio da privatização de serviços públicos e serviços humanos, incluindo a saúde. Os países são particularmente vulneráveis às pressões para abrir os serviços públicos e humanos à privatização durante as crises da dívida. Essas pressões vêm do Banco Mundial, dos bancos regionais de desenvolvimento, do FMI e dos mercados financeiros, bem como das corporações diretamente interessadas.

A privatização é comumente implementada por meio da "mercantilização", em que mercados artificiais são criados para abrir espaço para provedores privados. O incentivo ao lucro em tais "mercados" leva ao corte de custos e ao foco em consumidores abastados. A regulamentação da qualidade, da eficiência e da equidade distributiva em tais sistemas, embora teoricamente viável, é impossível na prática.

Privatização dos sistemas de saúde

A demanda da população por serviços públicos de saúde, em muitos países liderada pelo movimento trabalhista, tem sido confrontada por respostas políticas direcionadas à preservação da prestação de assistência médica privada, financiada por meio de várias misturas de pagamento ao usuário, subsídio público e financiamento baseado no emprego.

Uma fase inicial do desenvolvimento do seguro-saúde em muitos países envolveu esquemas baseados no emprego para funcionários de renda mais alta nas forças armadas, no serviço público ou trabalhando para grandes corporações. À medida que esses sistemas se desenvolvem, surge um mercado misto de seguro-saúde com diferentes esquemas que atendem a diferentes públicos, variando de cobertura total a cobertura minimalista com pagamento extensivo do próprio bolso.

A pressão popular por um financiamento mais equitativo do sistema de saúde geralmente exige subsídios públicos (ou provisão pública), principalmente para aqueles que não têm plano de saúde ou têm cobertura muito limitada. Em alguns países de alta renda, esquemas nacionais de saúde (ou seguro saúde) foram estabelecidos com sucesso, embora permaneçam sob constante ameaça de desmantelamento e privatização. Essa pressão é mais forte durante os períodos de austeridade, mas há uma pressão contínua do setor financeiro privado para abrir essas estruturas à comercialização e à privatização.

No Sul Global³, a pressão popular pelo acesso à saúde com financiamento público culminou na Declaração de Alma-Ata de 1978 sobre a Atenção Primária à Saúde. No entanto, em poucos anos, a crise da dívida explodiu e, a partir da década de 1980, as políticas de ajuste estrutural, impulsionadas pelo FMI, pelo Banco Mundial e pelas finanças privadas, mantiveram a pressão contínua sobre os países do Sul Global para reduzir (ou cessar) o financiamento público da assistência à saúde

³. O termo "Sul Global" é usado neste documento para se referir aos países da periferia do sistema imperialista mundial, os países cuja integração ao sistema capitalista global é caracterizada pela continuidade de trocas desiguais (consulte "Imperialismo", abaixo). É um termo mais útil do que "países em desenvolvimento", "países de renda baixa e média" ou "Terceiro Mundo", mas o uso do termo "Sul Global" não deve obscurecer diferenças importantes na posição desses países e regiões em relação ao sistema imperial mundial.

Enfrentando o capitalismo e o imperialismo na luta pela saúde

As pressões do ajuste estrutural assumiram diferentes formas em diferentes regiões do Sul Global. Na América Latina, houve uma forte investida de capital privado da América do Norte, direcionada para reproduzir o modelo de "organizações de manutenção da saúde" pré-pagas operadas pelo setor privado dos EUA ([Jasso-Aguilar et al., 2004](#)).

As primeiras políticas de ajuste estrutural ignoraram completamente o impacto dessas políticas sobre a saúde das pessoas, mas a repulsa global a essas políticas (veja, por exemplo, [UNICEF 1987](#)) forçou o Banco Mundial a desenvolver uma história mais sofisticada na qual o ajuste estrutural era representado como uma forma de promoção da saúde ([WB 1993](#)). Essa história entrou em colapso com a crise da AIDS e a crescente demanda por uma resposta adequada à saúde. A resposta inicial à crise da AIDS foi baseada na filantropia (defendida por Jeffery Sachs na [OMS 2001](#)), mas, no início dos anos 2000, as falhas desse modelo eram cada vez mais evidentes e a OMS estava enfrentando novas pressões para endossar o financiamento de um único pagador e a prestação de serviços de saúde pelo setor público.

Esse foi o contexto em que a Fundação Rockefeller e o Banco Mundial lançaram a campanha pela "cobertura universal de saúde", adotada com entusiasmo pela diretora geral da OMS, Margaret Chan, e seu sucessor, Dr. Tedros.

A narrativa da CUS promete apoio público para o financiamento da saúde de um "pacote de benefícios essenciais" a ser fornecido por meio de prestadores de serviços de saúde públicos, privados e filantrópicos. Em uma aparente ruptura com seu apoio de longa data aos mercados competitivos de seguro-saúde, o [Banco Mundial](#) está atualmente endossando um seguro-saúde nacional de pagador único para a atenção primária à saúde. ⁴O apoio à APS por meio do seguro de saúde criaria pressão para "autonomizar" os serviços de APS administrados publicamente e cultivar a prestação de serviços mistos (públicos, voluntários e privados). (Presumivelmente, o Banco veria a atenção secundária e terciária financiada por meio de um mercado competitivo de seguro-saúde).

O que a narrativa oficial da CUS deixa de fora são os arranjos para o financiamento de serviços "além do pacote", a serem prestados por meio de uma mistura de agências públicas, voluntárias e privadas, e financiados presumivelmente por meio de seguro de saúde voluntário competitivo. Esse ambiente cria mais pressão para que os serviços administrados publicamente sejam autonomizados e, no devido tempo, atingidos pelo corporativismo e pela privatização.

O que está sendo prometido, sob a bandeira da CUS, é um modelo amplamente privatizado, com todas as desvantagens desse sistema: desigualdade na distribuição e no acesso, altos níveis de pagamento do próprio bolso, falta de garantia de qualidade e ineficiência administrativa (consulte [Legge 2021](#)). Graças, em parte, ao endosso do modelo CUS pela OMS, ele se tornou parte do pacote de políticas de ajuste estrutural/austeridade tanto no Sul quanto no Norte Global.

As pressões para a privatização não terminam aqui.

A Oxfam International documentou o gasto, por instituições financeiras de desenvolvimento europeias e pelo Grupo Banco Mundial, de centenas de milhões de dólares em hospitais caros com fins lucrativos no Sul Global que impedem os pacientes de receber atendimento ou os levam à falência, sendo que alguns chegam a prender pacientes que não podem pagar suas contas ([Marriott 2023](#)).

Em muitos países do Sul Global, os governos também estão incentivando o desenvolvimento de exportadores de serviços de saúde do setor privado, incluindo turismo médico e serviços médicos

⁴. Em uma publicação do Banco Mundial de 2003 (*Innovations in health service delivery: the corporatisation of public hospitals*), o Banco delineou uma sequência de reformas necessárias nos serviços de saúde, desde a autonomização até a corporação e, finalmente, a privatização.

Enfrentando o capitalismo e o imperialismo na luta pela saúde

transfronteiriços. Esse modelo desvia uma força de trabalho de saúde limitada para a prestação de serviços a pessoas ricas de outros países, a fim de gerar receitas de exportação para a balança comercial nacional.

Um debate atual muito disputado diz respeito à tributação e à regulamentação do comércio eletrônico, incluindo o comércio de saúde digital. Os países do Sul Global estão exigindo o direito de tributar esse comércio transfronteiriço, enquanto as grandes empresas de tecnologia, apoiadas pelos países do Norte Global, estão pressionando para liberalizar esse comércio.

O berço do setor privado de saúde - os EUA - demonstra as diversas maneiras pelas quais a privatização prejudica a eficiência (má distribuição de recursos e custos astronômicos), o acesso e a qualidade do atendimento (dependente do preço) e a proteção financeira (com o empobrecimento médico sendo um risco para grande parte da população).

As conquistas do sistema de saúde cubano, incluindo a contribuição dos médicos cubanos para o sistema de saúde em todo o mundo, são uma comparação gritante com a vergonha do sistema de saúde dos EUA. O contínuo bloqueio ilegal de Cuba tem como objetivo sabotar o modelo cubano em geral, inclusive o sistema de saúde cubano, a fim de apagar a luz que ele lança sobre o modelo privatizado dos EUA.

Desigualdades globais de gênero e as interseções de opressão

De acordo com o [Relatório Global de Desigualdade de Gênero de 2023](#), nenhum país do mundo alcançou a paridade completa de gênero, mostrando, em vez disso, tendências e preocupações variadas que emergem das diferentes regiões geográficas. O tempo estimado atual para alcançar a paridade de gênero é de 131 anos com a evolução das lacunas de gênero no mercado de trabalho global.

Além disso, o Relatório informa que,

'Com a taxa atual de progresso no período de 2006 a 2023, serão necessários 162 anos para fechar a lacuna de gênero de Empoderamento Político, 169 anos para a lacuna de gênero de Participação Econômica e Oportunidades e 16 anos para a lacuna de gênero de Realização Educacional. O tempo para fechar a lacuna de gênero de Saúde e Sobrevivência permanece indefinido.

A disparidade econômica aprofundada prospera com base em formas de discriminação e práticas de gênero. O imperativo da obtenção de lucros e os projetos de políticas neoliberais arraigados desempenharam seu papel na organização das normas opressivas sistêmicas que são tanto de gênero quanto raciais. Na cadeia de suprimentos global do trabalho de cuidados, a mais nova divisão do trabalho toma forma insidiosamente à medida que vemos o deslocamento racializado das formas sociais e reprodutivas de trabalho para as mulheres migrantes ([Salem 2019](#)). Os sistemas intersetoriais de opressão devem ser colocados em primeiro plano hoje em nossa análise para ver os resultados desiguais dos chamados "ganhos do capitalismo" para as mulheres do mundo. Embora vejamos uma narrativa dominante esmagadora preocupada com realizações individuais, simbolismo liberal e representação cultural, o fracasso do modelo de "empoderamento" tem sido questionado por analistas feministas. O exemplo estadunidense da queda do caso Roe v Wade é um momento didático evidente para o envolvimento crítico com o complexo industrial feminista ([Alter 2022](#)). A necessidade de renovar o engajamento conjunto com as instituições jurídicas e políticas para expor as lutas por justiça de gênero, social e reprodutiva é fundamental.

Enfrentando o capitalismo e o imperialismo na luta pela saúde

Atualmente, estamos testemunhando a exploração corporativa das lutas feministas e de gênero queer por meio do marketing estratégico e da inclusão superficial de suas agendas, enquanto apagamos as origens anticapitalistas e anticorporativas dos movimentos históricos de libertação feminista e queer. Por exemplo, o "capitalismo arco-íris" torna-se particularmente proeminente durante o Mês do Orgulho, ofuscando os danos contínuos infligidos pelas corporações às comunidades oprimidas pelo gênero. Essas empresas promovem agressivamente o consumismo como uma forma de ativismo.

O capitalismo tem levado em conta considerações históricas de sexismo e racismo sistêmicos como estratégias eficazes de acumulação; e está bem estabelecido como o feminismo há muito tempo vislumbra um mundo livre de todas as formas de exploração baseadas em gênero, classe, etnia e renda, o que não se alinha com o modelo de "crescimento econômico lucrativo" ([Aschoff 2019](#)).

Além disso, também estamos enfrentando o problema da implacável "lavagem rosa" da guerra e da militarização. Os projetos imperialistas instrumentalizam a ferramenta da igualdade de gênero para promover uma agenda racista, patriarcal e militarista. Muitos movimentos feministas e pacifistas pediram que essa questão fosse abordada com mais profundidade ([Wright, 2023](#)).

Leis extremas de propriedade intelectual

Antes da criação do Acordo TRIPS de 1994, que estabeleceu um regime global de propriedade intelectual, os países adotavam regimes nacionais de PI de acordo com suas circunstâncias. O setor farmacêutico transnacional ("Big Pharma") estava na vanguarda do desenvolvimento do TRIPS, liderado pela Pfizer ([Drahos e Braithwaite 2004](#)). O regime global foi ainda mais fortalecido por meio de uma rede de acordos comerciais bilaterais e plurilaterais que incorporaram as disposições do TRIPS plus.

A Big Pharma alega que o preço de monopólio durante o período de proteção da PI é necessário para gerar fundos para a inovação. Há vários problemas com essa alegação: primeiro, que grande parte da pesquisa básica e do desenvolvimento é financiada com recursos públicos e, em seguida, doada a entidades privadas; segundo, que a indústria farmacêutica gasta mais em marketing (incluindo a prescrição excessiva) do que em inovação; terceiro, que, por meio de dividendos e recompra de ações, a indústria farmacêutica retorna mais aos seus acionistas (geralmente as grandes corporações financeiras) do que todos os outros setores industriais; e quarto, que esse modelo direciona o investimento para a inovação em setores de mercado lucrativos, em vez de priorizar as necessidades das pessoas.

A experiência da Covid

A recusa da indústria farmacêutica em flexibilizar seus direitos de propriedade intelectual, mesmo nos casos em que essa flexibilidade traria benefícios significativos à saúde pública (e nos casos em que a pesquisa básica havia sido financiada com recursos públicos), foi uma característica da pandemia de Covid. Os países desenvolvidos, em especial a Europa, o Reino Unido e os EUA, trabalharam consistentemente para apoiar os lucros da indústria farmacêutica em vez da saúde pública.

Nos primeiros meses da pandemia, a OMS propôs o Covid Technology Access Pool (C-TAP), que envolveria os detentores de patentes compartilhando sua propriedade intelectual para aumentar rapidamente a produção de tecnologias emergentes. A proposta do C-TAP foi ridicularizada pela indústria farmacêutica e não foi apoiada pelos países desenvolvidos. A OMS também propôs ensaios de vacinas solidárias, que teriam permitido comparações diretas de diferentes vacinas em ensaios projetados e gerenciados de forma independente. Novamente, essa proposta foi boicotada.

Enfrentando o capitalismo e o imperialismo na luta pela saúde

Em vez disso, a OMS foi forçada a aderir ao ACT-Accelerator (Access to Covid-19 Tools Accelerator), estabelecido como uma parceria público-privada com várias partes interessadas. Essa parceria incluía a Covax, que deveria mobilizar fundos para o acesso equitativo às vacinas à medida que fossem disponibilizadas (vacinas como um "bem público"). As promessas da Covax não foram cumpridas, e grandes desigualdades no fornecimento ocorreram devido às compras antecipadas em massa pelos países ricos e ao subfinanciamento da Covax. A construção da Covax como uma "parceria público-privada de múltiplas partes interessadas", muito além do alcance da Assembleia Mundial da Saúde (onde todos os países têm voz), contribuiu para a falta de engajamento e responsabilidade com os "beneficiários" propostos (governos de países de baixa renda).

A [proposta](#) indiana e sul-africana de [isenção do TRIPS](#) teria utilizado disposições do Acordo TRIPS para permitir o aumento da produção mundial de produtos de saúde relacionados à Covid. Essa proposta foi firmemente combatida na OMC pelos países ricos, e qualquer disposição semelhante no prenunciado "tratado de pandemia" também foi ferozmente combatida.

As barreiras de acesso associadas aos direitos extremos de PI (preços de monopólio e prioridades distorcidas de P&D) têm sido uma fonte recorrente de conflito entre o Norte e o Sul Global, dentro dos órgãos de governança da OMS ([links do Tracker para debates dos órgãos de governança](#)).

Um dos temas mais radicais que permeia esse debate é a possibilidade de [desvincular](#) o financiamento de P&D dos lucros gerados pelos altos preços protegidos pelos direitos de PI. No regime atual, o custo da inovação do setor privado é coberto pelos consumidores e seguradoras por meio de preços altos protegidos por PI. Uma alternativa seria financiar a P&D diretamente, publicamente, e depois permitir o licenciamento aberto, de modo que os preços para os consumidores e seguradoras pudessem ser reduzidos aos custos reais de produção. O financiamento público de P&D também permitiria que as prioridades de saúde pública orientassem a alocação de fundos de inovação.

Proteção extrema à propriedade intelectual como barreira ao compartilhamento de tecnologia de forma mais geral

A proteção extrema à propriedade intelectual desempenha um papel muito mais amplo do que sua importância como barreira ao acesso a produtos de saúde. O uso de PI extrema pelo Norte Global para impedir a transferência de tecnologia para o Sul é um mecanismo fundamental para manter relações comerciais assimétricas entre esses grupos de países. Para um estudo de caso claro, consulte a análise [de 2018 de Kwa e Lunenburg](#) sobre as *Ações da Seção 301 dos EUA: Why They are Illegitimate and Misguided*.

O apoio à transferência de tecnologia tem sido uma peça fundamental nos debates sobre o "direito ao desenvolvimento" (consulte [Cheru 2015](#)) e sobre a mitigação e adaptação em relação ao aquecimento global.

Devido ao acesso assimétrico às tecnologias modernas, os termos de troca dos países em desenvolvimento continuam a se deteriorar. Enquanto as exportações de commodities dos países em desenvolvimento são competitivas em termos de preço, os produtos de tecnologia intensiva, exportados do Norte, são protegidos da concorrência de preços por meio de preços de monopólio e marketing intensivo. A queda dos termos de troca refere-se ao fato de que os exportadores de commodities precisam continuar aumentando o volume de exportações para compensar a queda dos preços de exportação em relação aos preços cobrados pelas importações (intensivas em tecnologia). (Consulte [Hickel et al. 2021](#) sobre troca desigual).

Enfrentando o capitalismo e o imperialismo na luta pela saúde

A China é uma exceção porque conseguiu superar as barreiras ao desenvolvimento tecnológico. Isso se deve, em parte, ao planejamento econômico em larga escala e a um enorme investimento em educação e pesquisa associado ao seu regime político capitalista de Estado.

Como não conseguiram impedir o desenvolvimento da capacidade tecnológica da China, os EUA e seus aliados procuraram conter o desenvolvimento de sua economia, como no caso dos produtos eletrônicos da Huawei. De forma ainda mais dramática, após 40 anos de liberalização do comércio, os EUA voltaram a usar tarifas e cotas para prejudicar as exportações chinesas. Como parte de sua guerra comercial contra a China, os EUA acharam necessário sabotar os mecanismos de solução de controvérsias da OMC para evitar decisões de solução de controvérsias que confirmariam que o uso de tarifas e cotas para restringir as exportações chinesas é proibido pelas regras da OMC ([Voon 2023](#)).

Aquecimento global e crise ecológica

A ameaça do aquecimento global associada ao aumento das emissões de CO₂ (e metano) é bem compreendida pela comunidade científica há mais de 50 anos.

Nos últimos 20 anos, as consequências do aquecimento global têm sido cada vez mais evidentes em termos de incêndios florestais, enchentes, secas e tempestades. As consequências para as pessoas incluem fome, estresse térmico, deslocamento e conflito. Pontos de inflexão iminentes, como a desaceleração da Corrente do Golfo (e o congelamento da Europa), o degelo da tundra do Ártico (e a liberação de toneladas de metano) e a perda da Plataforma de Gelo da Antártica Ocidental (e metros de aumento do nível do mar), ameaçam ainda mais perturbações.

A falta de solidariedade entre o Norte e o Sul, evidente durante a pandemia de Covid, foi eclipsada pelos condomínios fechados de riqueza no Norte Global e pelos muros de fronteira e barcos que se recusam a entrar para impedir o fluxo de refugiados e requerentes de asilo. Da mesma forma, os governos dos países ricos se recusaram a transferir financiamento e tecnologias para mitigação e adaptação no Sul Global.

Os setores de combustíveis fósseis lutaram contra a ciência e contra os acordos de mitigação e adaptação. Nesse sentido, elas têm sido apoiadas pelos governos do Norte Global, mesmo que esses governos tenham aceitado verbalmente as necessidades de mitigação e de adaptação. Para as elites corporativas do Norte Global, os privilégios de riqueza e os fluxos contínuos de lucro associados ao "business as usual" superam os argumentos para uma ação urgente sobre as mudanças climáticas.

Crise ecológica

Marx usou o termo "[fissura metabólica](#)" para descrever como, com a urbanização, os nutrientes transportados do campo para a cidade (como alimento para os trabalhadores urbanos) não eram devolvidos ao solo, mas despejados nos rios que corriam pelas cidades. Nos últimos anos, o escopo do termo foi ampliado para incluir as maneiras pelas quais as extrações e descargas, de e para o meio ambiente, estão afastando os ciclos e ritmos da natureza dos regimes que suportam a habitação humana (que são estáveis em relação às condições para a vida humana) em direção a novos regimes que ameaçam ser literalmente *insuportáveis*.

Nos últimos 200 anos, a escala dessas extrações e descargas aumentou exponencialmente, impulsionada pela busca do lucro e pelo acúmulo de capital. Mesmo que o mundo reconheça a ameaça existencial ao habitat humano, a dependência do sistema capitalista em relação ao crescimento contínuo impediu a implementação de políticas eficazes para gerenciar o aquecimento global ou a perda de biodiversidade.

Enfrentando o capitalismo e o imperialismo na luta pela saúde

Entre as várias facetas da crise ecológica, a perda global de insetos está entre as mais críticas e menos priorizadas. A agricultura intensiva é a principal causa do declínio da população de insetos, inclusive por meio do uso intenso de pesticidas. A urbanização e as mudanças climáticas também são fatores significativos. Assim como a perda de espécies individuais (inclusive de insetos), a perda de ecossistemas inteiros ocorre paralelamente, incluindo as florestas da Amazônia (para cultivar soja como matéria-prima) e de Bornéu (para óleo de palma) e a perda de ecossistemas marinhos devido ao aquecimento global e à pesca excessiva (subsidiada).

Com a perda de ecossistemas florestais, tem havido uma crescente invasão de seres humanos nas florestas e de várias espécies que habitam as florestas nos assentamentos humanos. O Ebola e a Covid ilustram a ameaça associada ao aumento da exposição humana a vírus zoonóticos devido a essas invasões.

Os custos e benefícios da crescente fissura ecológica não são compartilhados igualmente ([Hickel 2020](#)). As comunidades que menos contribuíram para a degradação ecológica são geralmente as que correm mais risco com as forças industriais de extração e descarga (como mineração, desmatamento, barragens, riscos ocupacionais), bem como com as consequências dessa degradação ambiental (aquecimento global, pandemias, poluição do ar etc.).

A resposta à crise ecológica deve envolver o enfrentamento do capitalismo e da degradação ecológica orientada pelo lucro, as relações neocoloniais que são utilizadas para proteger essas forças e as forças mais amplas do imperialismo que utilizam o poder financeiro, diplomático e militar para criar o regime mais amplo que abriga essa degradação.

O movimento de reunião por trás da filosofia do *Bem Viver* (veja [abaixo](#)) destaca a necessidade de reconhecer os direitos inerentes dos outros filhos da Mãe Terra, além de sua "utilidade" para os seres humanos. A visão antropocêntrica que valoriza o "resto da natureza" por seus benefícios para os seres humanos (e para o capitalismo) foi o que criou a atual crise ecológica; ela não pode ser parte da solução.

Reduzir e redirecionar o crescimento econômico

É evidente que o aumento contínuo do rendimento material da economia global é insustentável. Entretanto, o slogan "decrescimento" levanta outras questões.

- Quais são os impulsionadores do crescimento econômico e o que será necessário para alcançar o decrescimento globalmente?
- Como gerenciar o decrescimento nas sociedades de alto rendimento do Norte Global e, ao mesmo tempo, facilitar o crescimento econômico necessário para garantir o "direito ao desenvolvimento" no Sul Global? Como garantir que o crescimento econômico contínuo no Sul Global seja estruturado em torno das necessidades humanas e não do lucro privado?

O crescimento econômico está codificado no DNA do capitalismo. Os fatores que se aplicam ao empresário, ao executivo da empresa ou ao acionista passivo variam de acordo com o contexto, mas se combinam para impulsionar o crescimento e externalizar os custos sempre que possível. Os motivadores para o capitalista são complementados pelos interesses dos governos, para os quais o crescimento econômico se traduz em capacidade fiscal e oportunidade eleitoral, e para os trabalhadores, para os quais o crescimento econômico aponta para a segurança do emprego e talvez um aumento salarial.

O crescimento econômico não é uma consequência do fetiche do PIB. Os pontos fracos do PIB como indicador do bem-estar da sociedade são bem conhecidos; ele dá peso igual e positivo às atividades socialmente prejudiciais e àquelas socialmente benéficas. Em alguns casos (veja, por exemplo, o

Enfrentando o capitalismo e o imperialismo na luta pela saúde

[Conselho da OMS sobre a Economia da Saúde para Todos](#)), isso exige melhores indicadores de progresso social (Índice de Desenvolvimento Humano, Índice de Felicidade Nacional Bruta, etc.). Essas propostas geralmente sugerem que a busca voraz do capitalismo pelo crescimento econômico é consequência de um simples erro, usando o indicador errado para orientar a política pública.

Na realidade, a causalidade vai na direção oposta. O motivo pelo qual o PIB domina a discussão econômica é que ele prevê a oportunidade de lucro para os capitalistas; orientar a economia pelo PIB é, na verdade, orientar a economia para maximizar o lucro privado. Os "indicadores de bem-estar" só poderão orientar a elaboração de políticas nacionais quando o poder do capital sobre as políticas for eliminado.

O crescimento reduzido e redirecionado (produção de material) é incompatível com o capitalismo. Isso exigirá um planejamento econômico democraticamente responsável, ou seja, o socialismo. Para que esse planejamento econômico possa reparar adequadamente a fissura metabólica, será necessário o ecossocialismo. (Veja [mais abaixo](#)).

O crescimento econômico circunscrito para garantir o direito ao desenvolvimento, no contexto da redução progressiva do crescimento global agregado, exigirá um planejamento econômico democraticamente responsável, com uma forte cobertura cultural de direitos, equidade, solidariedade e comunidade ([van Woerden et al 2023](#)).

Sistemas alimentares projetados para maximizar os lucros das empresas ao invés de atender às necessidades humanas

Os sistemas alimentares globais estão falhando no desafio da nutrição

Em um relatório apresentado ao Conselho Executivo da OMS em janeiro de 2024 ([EB154/22](#)), destaca-se a falta de progresso em relação às metas de nutrição para mulheres e crianças.

Retardo no crescimento. O atraso no crescimento infantil tem diminuído constantemente a uma taxa de 1,7% ao ano, de 26,3% em 2012 para 22,3% em 2022. Se essa taxa de declínio continuar até 2025, o número de crianças com atraso no crescimento será de 138,5 milhões, um excesso projetado de 31,5 milhões de crianças com atraso no crescimento até 2025, em comparação com a meta de 107 milhões.

Anemia. De 2012 a 2019, a prevalência global de anemia em mulheres em idade reprodutiva aumentou de 28,5% para 29,9%. Se as tendências atuais não forem revertidas, 31,3% das mulheres em idade reprodutiva ainda serão afetadas pela anemia em 2025. [...] Em 2019, a região do Sudeste Asiático foi responsável por 42,8% de todos os casos de anemia em mulheres em idade reprodutiva e a região da África, por 18,5%.

Baixo peso ao nascer. A prevalência de baixo peso ao nascer em recém-nascidos diminuiu ligeiramente de 15,0% em 2012 para 14,7% em 2020. [...] Em 2020, as regiões do Sudeste Asiático e da África foram responsáveis por mais da metade de todos os bebês nascidos com baixo peso, com 39,8% e 26,8% dos casos, respectivamente. Dos 157 países com dados suficientes, 11 estão no caminho certo para atingir a meta de 2025.

Excesso de peso. A prevalência global de sobrepeso infantil aumentou ligeiramente, de 5,5% em 2012 para 5,6% em 2022, e a projeção é que permaneça em 5,6% em 2025. [...] A Região das Américas observou um aumento de 7,8% em 2012 para 8,5% em 2022, e na Região do Pacífico Ocidental o número aumentou de 6,3% em 2012 para 8,1% em 2022.

Enfrentando o capitalismo e o imperialismo na luta pela saúde

Perda de peso. A perda de peso na infância diminuiu de seu valor de 7,5% em 2012 para 6,8% em 2022. [...] Mais da metade de todas as crianças emaciadas vive na região do Sudeste Asiático (53,8%), seguida pela região da África (22,3%) e pela região do Mediterrâneo Oriental (13,9%).

Apesar das grandes promessas do setor filantrópico global, os regimes alimentares vigentes em todo o mundo não conseguiram lidar com a desnutrição contemporânea. As causas são múltiplas: pobreza, aquecimento global, conflito e capitalismo (contribuindo para essas outras causas mais específicas).

O desenvolvimento dos regimes alimentares contemporâneos está intimamente ligado ao desenvolvimento do capitalismo

Os cercamentos foram uma etapa fundamental no desenvolvimento do capitalismo na Inglaterra e definiram o caminho de exploração que ele seguiria por meio do colonialismo em todo o mundo. Foi negado aos camponeses o acesso ao que antes eram terras comuns. Diante da fome, muitos migraram para as cidades, onde forneceram mão de obra para o capitalismo primitivo. A produção de carne possibilitada pelo pastoreio das terras comuns fornecia alimentos para as cidades e a produção de lã abastecia as fábricas de lã.

Relações semelhantes foram recriadas sob o **colonialismo**, em que as colônias foram impedidas de produzir, de modo que eram obrigadas a importar manufaturas metropolitanas, ao mesmo tempo em que forneciam alimentos para a mão de obra metropolitana e matérias-primas para a manufatura metropolitana. Foi sob o colonialismo que as primeiras corporações agroalimentares se desenvolveram.

A **Revolução Verde** de meados do século XX levou à melhoria da produtividade e ao aumento da produção. Entretanto, também aumentou a dependência dos agricultores em relação a sementes, fertilizantes, pesticidas e dívidas (e possibilitou o crescimento de fornecedores transnacionais desses insumos). A Revolução Verde favoreceu a agricultura de monocultura em grandes áreas, dependente de combustíveis fósseis, em oposição às pequenas propriedades familiares, impulsionando a migração urbana, o que resultou em mão de obra barata e grandes assentamentos informais nas cidades. A Revolução Verde aprofundou ainda mais a ruptura metabólica.

A armadilha da dívida foi criada com empréstimos baratos na década de 1970 e foi desencadeada com os aumentos das taxas de juros no início da década de 1980. A crise da dívida que se seguiu proporcionou ao FMI e aos governos do Norte maior poder sobre os países em desenvolvimento por meio do ajuste estrutural. Esse pacote de políticas combinou: desvalorização da moeda nacional (para reduzir os preços dos produtos exportados e obter moedas fortes para pagar dívidas); aumento das taxas de juros (para desestimular os gastos com consumo); redução dos gastos públicos (redução dos orçamentos destinados à educação, à saúde e à agricultura familiar); privatizações em massa; redução dos subsídios públicos a algumas empresas ou produtos; e congelamento de salários (para reduzir os gastos públicos e incentivar a produção para exportação).

A liberalização do comércio foi um elemento fundamental desse pacote de políticas, com os países sendo forçados a aumentar as exportações, inclusive as agrícolas, para pagar suas dívidas. Isso incentivou ainda mais a agricultura em larga escala, dependente de combustíveis fósseis, com monocultura em vez de produção diversificada. A restrição fiscal foi um elemento fundamental, com cortes em várias formas de apoio público aos pequenos agricultores. A segurança alimentar foi prejudicada por esse regime, pois os agricultores ficaram mais vulneráveis à volatilidade dos preços, às taxas de juros e às taxas de câmbio (com endividamento e fome como consequências comuns).

A liberalização do comércio, após a criação da OMC, impulsionou ainda mais muitas dessas tendências. Sob esse regime, os países em desenvolvimento enfrentaram uma pressão cada vez maior para

Enfrentando o capitalismo e o imperialismo na luta pela saúde

promover a produção para exportação a fim de melhorar os déficits comerciais crônicos; crônicos devido ao declínio estruturado em seus termos de troca (queda dos preços de exportação, mas aumento dos custos de importação).

Os países em desenvolvimento também enfrentaram barreiras estruturadas para acessar os mercados do Norte para alimentos e outros produtos agrícolas devido a tarifas e subsídios domésticos no Norte, de alguma forma legitimados pelo Acordo sobre Agricultura da OMC. Os excedentes agrícolas no Norte (em parte devido aos subsídios domésticos) aumentaram a pressão sobre os países em desenvolvimento para que desmantelassem os programas vistos como barreiras às importações de alimentos do Norte. Atualmente, a Índia está sob intensa pressão na OMC para desmantelar os estoques [públicos](#). Os estados das Ilhas do Pacífico que tentaram restringir a importação de rabos de peru, alimento de origem animal consumido na região, dos EUA (por motivos de saúde) foram ameaçados com sanções comerciais e forçados a abandonar as restrições de importação (GHW4 2015, p. 205).

A liberalização do comércio aprofundou ainda mais a insegurança alimentar no Sul Global, onde a produção de commodities para exportação substituiu a produção agrícola de base mais ampla para os mercados domésticos (incluindo a autossuficiência rural). A liberalização do comércio também estimulou o crescimento de grandes corporações transnacionais que lidam com suprimentos (sementes, fertilizantes, pesticidas e finanças) e gerenciam o comércio de grãos, gado, frutas e legumes.

O ciclo da soja para ração animal exemplifica essas tendências, com o desmatamento de florestas (e o deslocamento da população local) para cultivar e exportar soja, que é usada para a criação intensiva de porcos e gado, fornecendo proteína de carne para o Norte global e para as pessoas mais ricas do Sul global. Os custos ambientais incluem água, resíduos, biodiversidade e produção de gases de efeito estufa. Os custos de saúde incluem o risco de pandemia e a resistência antimicrobiana. A desigualdade associada à supernutrição (cara) do Norte e à subnutrição do Sul é obscena.

A inovação na tecnologia de alimentos desempenhou um papel fundamental na remodelação dos sistemas alimentares, com foco principal no prazo de validade para ampliar o alcance do mercado e apoiar o alcance global das empresas transnacionais de alimentos. O processamento de alimentos também se concentrou na produção de alimentos doces, gordurosos e salgados que têm uma longa vida útil, são vistos como saborosos e, portanto, particularmente lucrativos, mas são muito limitados do ponto de vista nutricional e contribuem enormemente para as doenças não transmissíveis. A conjunção entre óleo de palma e alimentos ultraprocessados ilustra os vínculos entre a destruição das florestas, a perda de meios de subsistência locais e da biodiversidade, a expansão das cadeias de suprimentos globais e o crescimento das corporações transnacionais de alimentos.

As cadeias de suprimentos globais também permitiram o crescimento de monopólios varejistas que podem aproveitar a escala de compras do mercado global ao custo de espremer as lojas de varejo menores e os agricultores domésticos, cujo poder de precificação diminuiu à medida que o tamanho dos gigantes do varejo aumenta.

Por trás das corporações agroalimentares globais estão os gigantes do setor financeiro, que são acionistas dominantes das corporações agroalimentares e que podem ganhar bilhões ao perturbar e especular sobre o preço e a oferta dos ativos alimentares.

O poder político desse conjunto de partes interessadas corporativas nos sistemas alimentares em nível global é significativo. Seu lucro depende do domínio contínuo das narrativas, políticas e regulamentações neoliberais. Os custos em termos de fome, deslocamento, perda de biodiversidade, degradação ambiental, desnutrição e risco de pandemia vêm em segundo lugar.

Enfrentando o capitalismo e o imperialismo na luta pela saúde

Soberania alimentar e agroecologia

Os sistemas alimentares estruturados em torno do modelo agroalimentar industrial são desafiados pela ciência e pelas práticas da agroecologia e pelo movimento político pela soberania alimentar.

A agroecologia é fundamental para reparar a fissura metabólica. De acordo com a [FAO \(2018\)](#), os elementos centrais da agroecologia incluem:

- Diversidade de culturas, estoque, ambientes e práticas agrícolas;
- Sinergias entre sistemas alimentares diversificados (por exemplo, consórcio com leguminosas), aproveitando as sinergias do ecossistema para apoiar a dispersão de sementes, a preservação do habitat e a fertilidade do solo;
- Eficiência por meio da redução de insumos externos e do aprimoramento do uso de recursos naturais;
- Resiliência: de pessoas, comunidades e ecossistemas (todos interconectados);
- Reciclagem, tanto em escala agrícola quanto em paisagens; fechamento de ciclos de nutrientes e redução de resíduos;
- Co-criação e compartilhamento de conhecimento, respondendo ao contexto, baseando-se na tradição, compartilhando conhecimento e desenvolvendo pesquisas;
- Valores humanos e sociais: valorizar os meios de subsistência rurais, a equidade e o bem-estar social; abordar as desigualdades de gênero; abrir espaço na fazenda para os jovens;
- Cultura e tradições alimentares: apoio a dietas saudáveis, diversificadas e culturalmente adequadas; contribuição para a segurança alimentar e a nutrição da comunidade;
- Governança responsável, do local ao nacional e ao global;
- Economia circular e solidária: reconectando produtores e consumidores; fornecendo soluções inovadoras para viver dentro de nossos limites planetários; garantindo a base social para o desenvolvimento inclusivo e sustentável.

Consulte também a [FOE 2018](#) para obter uma visão geral semelhante da agroecologia.

A "soberania alimentar" oferece espaço para a agroecologia. A FAO ([2014](#)) explica que a soberania alimentar

"... está enraizado nas complexas realidades da produção, compra, venda e consumo de alimentos. Não é uma ideia nova, mas reconhece todas as dimensões de um sistema alimentar saudável, ético e justo. A Soberania Alimentar [...] reconhece que o controle sobre o sistema alimentar precisa permanecer nas mãos dos agricultores, para os quais a agricultura é tanto um modo de vida quanto um meio de produzir alimentos. Ela também reconhece a contribuição dos povos indígenas, pastores, habitantes das florestas, trabalhadores e pescadores para o sistema alimentar. Ele garante que os alimentos sejam produzidos de maneira culturalmente aceitável e em harmonia com o ecossistema no qual são produzidos. É assim que os sistemas tradicionais de produção de alimentos têm regenerado seus solos, água, biodiversidade e condições climáticas por gerações."

A soberania alimentar desafia a liberdade do agronegócio de assumir o controle das pequenas propriedades rurais de subsistência familiar e substituir sua diversidade e resiliência por monoculturas dependentes de monopólios de sementes, fertilizantes e pesticidas. Ela desafia os acordos comerciais que criam o regime no qual os grandes alimentos e o agronegócio podem controlar a agricultura. Desafia a substituição de produtos locais por produtos baratos, salgados, gordurosos e doces. Contesta o controle exercido pelos gigantes dos supermercados sobre o fornecimento de alimentos à comunidade.

Enfrentando o capitalismo e o imperialismo na luta pela saúde

Guerra e conflito, ocupação e limpeza étnica, migração forçada, regimes autoritários

Saúde para Todos é uma zombaria para as comunidades envolvidas em conflitos, presas às privações da migração forçada, que enfrentam ocupação e limpeza étnica, ou que enfrentam prisão arbitrária, tortura e desaparecimento sob regimes autoritários.

Embora essas brutalidades tenham uma longa história, elas são reproduzidas e sustentadas no mundo atual pelo capitalismo e pelo imperialismo contemporâneo.

O setor de armas no Norte imperial é um dos principais impulsionadores, com lucros maciços de contratos governamentais ligados à política monetária e à porta giratória entre empresas e governo. O lucro está diretamente ligado à insegurança estratégica, que é promovida para aumentar os orçamentos de guerra e a aquisição de armas.

O imperialismo é um dos principais fatores de conflito no mundo contemporâneo, voltado para manter as fronteiras abertas para a extração e exploração do capital transnacional. As 800 bases estrangeiras mantidas pelos EUA em todo o mundo, além da expansão agressiva da OTAN, servem para lembrar os países do risco de invasão; um aviso que é reforçado pelo programa contínuo de guerra regional conduzido pelos EUA desde a 2ª Guerra Mundial. As bases estrangeiras e as guerras regionais mantêm o mercado para o setor de armas; o lobby xenófobo nas capitais do Norte imperial só pode ser bom para os negócios.

Levar seus adversários a se prepararem para a guerra por meio de provocações e incertezas tem sido um padrão comum, incluindo desafiar a Rússia por meio da expansão da OTAN e desafiar a China por meio de repetidas provocações no Estreito de Taiwan. Segundo alguns relatos, a guerra da Coreia foi precipitada por esses meios.

Em alguns casos, a justificativa para a guerra está mais diretamente ligada aos recursos, em particular, ao petróleo. Esse foi o caso do golpe da CIA em 1953 contra Mosaddegh e a instalação do Xá no Irã; repetido na invasão do Iraque em 2003 (com base em "inteligência" fabricada).

A intervenção militar direta é apenas uma parte da manutenção das fronteiras abertas para o capital transnacional. Outras estratégias incluem desestabilização secreta, sanções financeiras contra indivíduos, ameaça de represálias comerciais e sabotagem cambial.

O capitalismo e o imperialismo não são os únicos ingredientes para a guerra; as diferenças religiosas e étnicas podem ser fatores importantes. Entretanto, os estrategistas do imperialismo exploram essas diferenças para seus fins. As atrocidades atuais em Gaza são motivadas pelo projeto sionista de limpeza étnica; expulsar progressivamente os palestinos de suas terras, um projeto que remonta a antes de 1948. No entanto, o projeto sionista também tem contado com o apoio diplomático e financeiro contínuo dos EUA como parte de sua estratégia para o Oriente Médio, visando garantir o acesso contínuo ao petróleo do Oriente Médio.

A guerra e os conflitos, o aquecimento global e a pobreza contribuem para o movimento forçado de pessoas em busca de abrigo, asilo e uma vida melhor. As pressões migratórias do sul para o norte estão sendo enfrentadas com brutalidade surpreendente em muitas regiões (Europa, fronteira EUA-México, Austrália).

----ooooOOOOOOoooo----

Capítulo 4. O compromisso do MSP: Construindo um movimento social global para alcançar a Saúde para Todas as pessoas

O MSP é uma rede de ativistas e organizações que trabalham para criar um movimento global em prol da Saúde para Todos.

A base do compromisso do MSP com o Saúde para Todos é o trabalho dos círculos nacionais do MSP, que atuam nas comunidades locais e trabalham em rede nos níveis distrital, provincial, nacional e regional.

Os círculos nacionais e regionais do MSP estão se envolvendo com as condições sociais que moldam a saúde da população. Eles também estão trabalhando em questões de saúde, incluindo o fortalecimento dos sistemas de saúde, o acesso a uma assistência médica decente, a realização dos princípios da atenção primária à saúde e a promoção do envolvimento da comunidade na gestão, no planejamento e na responsabilidade do sistema de saúde.

Os programas globais e os grupos temáticos do MSP apóiam de várias maneiras o trabalho de nossos círculos nacionais e regionais. Os programas globais incluem a análise de políticas realizada no Global Health Watch, o envolvimento com a governança global da saúde por meio do WHO Watch e as oportunidades de formação de redes e compartilhamento de experiências por meio da Universidade Internacional de Saúde dos Povos (International People's Health University - IPHU). Os grupos temáticos oferecem fóruns nos quais os desafios específicos dos sistemas de saúde, meio ambiente, gênero, comércio, conflitos e alimentos podem ser explorados. Os recursos organizacionais, incluindo o MSP Exchange e os sites do MSP, sustentam o trabalho dos círculos nacionais e regionais, dos programas globais e dos grupos temáticos.

O foco deste artigo é o papel do capitalismo na determinação social da saúde das pessoas. O conceito de "determinação social da saúde" concentra nossa atenção nas estruturas, forças, processos e dinâmicas que moldam as condições em que crescemos, aprendemos, nos divertimos, trabalhamos e envelhecemos. Esse uso contrasta com o uso comum de "determinantes sociais", que concentra a atenção nas características predominantes do nosso ambiente social que moldam a saúde das pessoas, sem dar atenção sistemática aos processos sociais, políticos e econômicos que reproduzem essas características.

As estruturas, forças e dinâmicas do capitalismo claramente desempenham um papel poderoso na formação da assistência médica e da saúde da população. Isso foi reconhecido na [Carta do Povo para a Saúde](#) (dezembro de 2000):

Políticas políticas, financeiras, agrícolas e industriais que respondem principalmente às necessidades capitalistas, impostas por governos nacionais e organizações internacionais, afastam as pessoas de suas vidas e de seus meios de subsistência. Os processos de globalização e liberalização econômica aumentaram as desigualdades entre as nações e dentro delas. Muitos países do mundo, especialmente os mais poderosos, estão usando seus recursos, inclusive sanções econômicas e intervenções militares, para consolidar e expandir suas posições, com efeitos devastadores na vida das pessoas.

A [Declaração de Cuenca \(2005\)](#) concentrou a atenção no neoliberalismo, na privatização e no "livre comércio":

A estrutura econômica global do neoliberalismo, da privatização e do "livre comércio", operacionalizada por meio da OMC e das instituições financeiras internacionais, têm desempenhado um papel determinante na transferência para o setor corporativo do controle dos determinantes da saúde. Isso leva à destruição do meio ambiente, à poluição tóxica, à negação dos direitos à água, aos alimentos e à própria vida. O direito humano à saúde e à assistência médica deve ter precedência sobre os lucros das empresas, especialmente sobre a lucratividade das empresas farmacêuticas.

Enfrentando o capitalismo e o imperialismo na luta pela saúde

A [Chamada à Ação da Cidade do Cabo](#) (2012) reforçou isso:

Nossa saúde foi devastada por políticas neoliberais que são a marca registrada do capitalismo atual. A crise global de saúde é uma consequência do fracasso em lidar com a determinação social, política e ambiental da saúde. A atual crise capitalista tem várias dimensões inter-relacionadas, entre elas: política, alimentar, econômica, financeira e ecológica. Suas raízes estão no modelo neoliberal de globalização.

E, novamente, na [Declaração de Dhaka](#) (2018):

A visão apresentada na Carta dos Povos para a Saúde (2000) e na Declaração de Cuenca (2005) é mais relevante do que nunca, pois, infelizmente, as causas básicas da falta de saúde e da desigualdade persistem e ainda não foram revertidas. Essas causas básicas estão profundamente arraigadas no patriarcado, no casteísmo, no racismo, no fundamentalismo religioso, no capacitismo, na transfobia e na heteronormatividade e são reforçadas pelo atual paradigma de desenvolvimento, caracterizado pelo individualismo, pelo antropocentrismo e pelo capitalismo neoliberal. As comunidades em todo o mundo estão perdendo cada vez mais o acesso à terra, à água e aos meios de subsistência, por um lado, e enfrentando o aumento da militarização, da violência e da repressão, por outro.

Quais são as implicações, para a estratégia do MSP, do reconhecimento de como as barreiras à ASF são reproduzidas pelas forças e dinâmicas do capitalismo e do imperialismo?

No Capítulo 2, analisamos a promessa não cumprida do Saúde para Todos e, no Capítulo 3, analisamos sete maneiras pelas quais o capitalismo e o imperialismo são obstáculos para a obtenção do Saúde para Todos.

O MSP reconheceu o desafio nas várias declarações citadas acima de Assembléias de Saúde do Povo anteriores.

Agora a pergunta é: "O que deve ser feito?"

Nos três capítulos restantes, analisaremos:

- Principais aspectos da ordem mundial contemporânea; o que precisa ser mudado;
- Possíveis futuros globais, desde a continuação da atual trajetória desastrosa até cenários e possibilidades mais esperançosos; e, por fim
- Formas de ação; como o MSP pode se preparar melhor para o próximo período de luta.

---o000000000o000---

Capítulo 5. Mapeamento da ordem mundial contemporânea

Neste capítulo, algumas das principais características da ordem política e econômica internacional contemporânea são identificadas e discutidas brevemente.

Capitalismo transnacional

O capitalismo transnacional refere-se a operações globalmente integradas de corporações transnacionais (incluindo corporações financeiras). O capitalismo transnacional é gerenciado pela classe capitalista transnacional e no interesse dela. A classe capitalista transnacional compreende os capitães da indústria e das finanças, as elites ricas (incluindo suas filantropias e "think tanks") e as elites políticas aliadas no governo e nas instituições intergovernamentais. A classe capitalista transnacional é autoconsciente, está bem conectada em rede e desfruta de uma cultura e um estilo de

Enfrentando o capitalismo e o imperialismo na luta pela saúde

vida compartilhados. Ela enfrenta uma mistura dispersa de classes trabalhadoras nacionais (e classes excluídas).

Em nível nacional, a classe capitalista é composta por duas frações, uma profundamente investida no capitalismo transnacional e a outra mais preocupada com a economia doméstica. A ascensão de Trump nos EUA e sua reversão de várias políticas de Obama ilustram a importância de reconhecer a diferença entre essas duas frações do capital. A fração transnacional exige políticas governamentais que promovam o domínio contínuo da economia mundial pelas corporações transnacionais, domiciliadas naquele país. A fração nacional do capital exige proteção contra os ventos frios da liberalização do comércio e da liberalização financeira. A fração transnacional da classe capitalista nacional também faz parte da classe capitalista transnacional e, em certos aspectos, busca utilizar o poder imperial no interesse da classe capitalista transnacional de forma mais ampla.

As várias modalidades de poder utilizadas pelo capital transnacional, as alavancas por meio das quais ele mantém seu domínio global, incluem:

- extorsão de investimento (a influência que as empresas exercem sobre o governo quando o investimento é proposto) e fuga de capital (a disciplina imposta pela ameaça de fuga de capital),
- o controle da tecnologia (inclusive por meio de leis extremas de propriedade intelectual impostas por acordos comerciais),
- a flexibilidade geográfica das empresas transnacionais em termos de como elas estruturam suas cadeias globais de valor (a capacidade de transferir o fornecimento de insumos e a localização das funções de fabricação, montagem e sede),
- "sentimento do mercado", a capacidade dos proprietários de capital, grandes e pequenos, de comprar ou não comprar ações e de movimentar seu dinheiro para dentro e para fora dos países; expressões individuais de medo e ganância, com impacto potencialmente devastador sobre os países, coordenadas pelas agências de classificação e pela mídia financeira;
- política monetária e portas giratórias,
- imperialismo, a implantação do poder estatal hegemônico no interesse da classe capitalista transnacional.

A crise de superprodução

A crise de superprodução foi mencionada anteriormente como uma das principais contribuições para o aprofundamento da desigualdade econômica. "Superprodução" aqui significa um desequilíbrio estrutural da capacidade produtiva em relação à demanda do mercado. Isso reflete o poder cada vez maior da tecnologia, o alcance global das cadeias de suprimentos e a flexibilidade que as empresas podem exercer ao traçar a geografia das cadeias de suprimentos globais.

O desequilíbrio da capacidade produtiva (em relação à demanda do mercado) leva a menos empregos produtivos, mas isso é compensado por empregos de serviços mais precários - a economia de bicos (incluindo aqueles que atendem aos ricos). A redução de empregos decentes reduz ainda mais a demanda do consumidor e agrava o excesso de capacidade produtiva.

O declínio da participação dos salários no PIB (e o aumento da participação dos lucros) é um dos principais contribuintes para o aprofundamento da desigualdade. A liberalização do comércio e das finanças contribui para o desenvolvimento de monopólios corporativos em muitos setores. O monopólio protege a corporação da concorrência de preços, contribuindo para aumentar a participação nos lucros e diminuir a participação dos salários no PIB.

Financeirização e dívida

Com a crise de superprodução, há um fluxo crescente de capital que deixa de ser investimento produtivo e passa a ser "investimento" em especulação de preços de ativos (terrenos, edifícios, arte, joias, ações, derivativos, etc.) por meio do setor financeiro. Os vários caminhos complexos para o "investimento" especulativo passam por intermediários financeiros, que recebem sua parte e também participam da especulação.

Essa mudança resultou em uma enorme expansão do setor financeiro (em termos de funcionários, arranha-céus e como proporção da economia). O "setor financeiro" inclui: os bancos (bancos privados, "bancos de desenvolvimento") e o "setor financeiro" mais amplo (fundos soberanos, fundos de gestão de patrimônio, fundos de private equity, seguradoras).

O declínio da participação dos salários no PIB leva à diminuição da demanda do consumidor, mas o setor financeiro tem prazer em emprestar para as famílias (para moradia, educação, saúde, cuidados com idosos, agricultura) e para os governos (para infraestrutura, serviços e forças armadas). Isso leva ao aumento do papel da dívida na sustentação da demanda do consumidor. Também amplia o poder do setor financeiro sobre a economia, nacional e global.

O crescimento do setor financeiro foi associado a uma mudança na relação entre o "capital industrial" (empresas que fabricam bens ou prestam serviços) e o "capital financeiro". Antigamente, a principal função dos bancos era conceder empréstimos às empresas para que elas pudessem investir em capacidade produtiva. Com a financeirização, os bancos (e outras empresas financeiras) agora são proprietários e compram e vendem as empresas, inclusive para fins especulativos, bem como para a produção real.

As grandes empresas farmacêuticas agora pertencem a fundos de private equity, fundos de hedge e fundos de riqueza. As decisões sobre investimento e produção não são mais escolhas estratégicas dos altos executivos da empresa. Em vez disso, elas são efetuadas pelos barões das finanças por meio da compra e venda de determinados negócios e partes de negócios.

Crise fiscal e privatização

A crise fiscal refere-se à pressão para que as despesas do governo superem as receitas. Isso geralmente se deve a falhas na tributação, incluindo:

- pressões sobre o governo para reduzir a carga tributária sobre as empresas e sobre os ricos;
- evasão fiscal por meio de extorsão corporativa e acordos vantajosos; por meio de várias formas de preços de transferência; e por meio da fuga de riquezas para paraísos fiscais não regulamentados;
- desafios para tributar a economia informal sem impostos regressivos sobre o consumo.

A crise fiscal é favorável ao capital de várias maneiras:

- permite que o lucro (que, de outra forma, poderia ser tributado) seja investido ou devolvido aos acionistas;
- força os governos a vender empresas de propriedade pública (produção, distribuição, serviços públicos e serviços) para obter ganhos de capital de curto prazo, o que abre espaço para a entrada de corporações privadas, substituindo a gestão de interesse público pela motivação de lucro privado;
- força os governos a contraírem empréstimos, inclusive de credores suspeitos, e dá poder aos bancos quando os governos têm problemas.

Imperialismo

O imperialismo foi descrito como "o estágio mais elevado do capitalismo"; as forças e dinâmicas econômicas descritas acima são elementos intrínsecos do imperialismo. Entretanto, a dinâmica econômica precisa ser contextualizada no campo geopolítico (e vice-versa).

Em termos de configurações geopolíticas, o imperialismo é definido pela distinção entre o centro (ou metrópole) e a periferia. Os EUA estão no centro do centro, mas seu papel de governo é compartilhado, até certo ponto, com o Reino Unido, a Europa e o Japão. Amin (2015) se refere ao "imperialismo coletivo" da Tríade (Amin 2015).

O imperialismo contemporâneo surgiu a partir do colonialismo, que se baseava em colônias governadas diretamente. Os mecanismos de acumulação capitalista sob o colonialismo incluíam a troca desigual estruturada, que continua a desempenhar um papel dominante, bem como a expropriação direta (pilhagem), que desempenhou um papel importante. Uma enorme riqueza foi gerada pelos colonizadores e nas colônias a partir da escravidão. A competição entre as potências europeias pelas colônias desempenhou um papel central na morte de milhões de pessoas em duas guerras mundiais.

Embora os EUA sejam uma potência colonial (Havaí, Filipinas, Cuba, Porto Rico, Ilhas Marshall etc.), eles se diferenciaram do domínio direto do colonialismo europeu por meio de um modelo preferido de domínio indireto ou neocolonialismo, que envolve suborno, invasões periódicas, ações secretas etc. O neocolonialismo continua as relações de exploração por meio de trocas desiguais, mas sem o domínio direto formalizado.

A relação colonial envolve muito mais do que a governança direta ou indireta. Ela também inclui a liquidação do patrimônio cultural e a imposição de normas culturais e formações sociais que se adequam ao projeto colonial. Essas manifestações contínuas de "colonialidade" incluem hierarquias de poder raciais e de gênero; as suposições antropocêntricas do extrativismo; e o reducionismo cartesiano do Iluminismo europeu. O projeto de "decolonialidade" busca nomear essas manifestações persistentes do colonialismo, inclusive em relação à assistência médica e à saúde da população. A decolonialidade envolve não apenas a nomeação desses grilhões coloniais, mas também a condução das transformações institucionais necessárias para uma nova dispensação. (Veja mais sobre decolonialidade [abaixo](#)).

A transferência de valor da periferia para o centro é fundamental para a ideia de imperialismo. Essa transferência é mediada por uma série de mecanismos diferentes:

- A acumulação por meio de saques é a relação primordial. Em geral, ela é identificada com o período colonial, incluindo a desapropriação colonial, a escravidão e o trabalho escravo, e a desindustrialização forçada da Índia pelos britânicos (a imposição de trocas desiguais). No entanto, uma série de mecanismos para o saque contínuo persiste sob o imperialismo contemporâneo; esses mecanismos incluem: negação judicial de vínculos tradicionais com a terra (inclusive por meio de litígio ISDS); despejo de alimentos subsidiados que prejudicam os pequenos agricultores, levando-os para as cidades como mão de obra barata; emprego precário e contratação de diaristas; desnutrição de mulheres como condição para alimentar crianças e trabalhadores do sexo masculino; e projetos extrativistas que deslocam comunidades que são forçadas a tentar sobreviver como mineiros artesanais.
- A troca desigual é a relação que define o imperialismo. Em sua forma contemporânea, isso envolve a troca de produtos manufaturados da metrópole (com ampla liberdade de preço devido ao seu status de monopólio) por commodities da periferia, vendidas em um mercado altamente competitivo. A cada inovação, o preço dos produtos manufaturados aumenta, mas

Enfrentando o capitalismo e o imperialismo na luta pela saúde

os preços das commodities permanecem baixos. Devido a essa deterioração dos "termos de troca", os países da periferia precisam exportar volumes cada vez maiores de commodities simplesmente para manter sua balança de pagamentos.

- Um aspecto fundamental dessa relação é a proteção à propriedade intelectual desfrutada pelos fabricantes da metrópole e as barreiras impostas à fabricação nacional no Sul. A outra face da proteção à propriedade intelectual é o fluxo de recursos do Sul para o Norte para o licenciamento da PI de propriedade do Norte. Os EUA são, de longe, o maior exportador de PI.
- A troca desigual também é mediada pela estruturação de cadeias globais de valor por corporações transnacionais que têm controle estratégico sobre o fornecimento de insumos e mão de obra, têm controle monopolístico sobre a tecnologia e, devido ao seu status de monopólio/monopsônio⁵, conseguem garantir que o valor criado pelos trabalhadores no Sul seja realizado como lucro nos portos do Norte.
- O slogan da "desvinculação" (Amin, 1985) é uma resposta direta à forma como as estruturas de troca desigual foram incorporadas às normas do imperialismo. A desvinculação e o comércio Sul-Sul preveem a limitação do acesso do Norte Global aos recursos e mercados do Sul, ao mesmo tempo em que desenvolvem as tecnologias necessárias e relações comerciais mais equitativas entre os países do Sul Global.
- Uma importante mediação da transferência de valor decorre dos privilégios do dólar americano. À medida que os países em desenvolvimento sucumbem às pressões para liberalizar os controles de capital (para desregular os fluxos de entrada de capital e a repatriação de lucros), eles ficam cada vez mais vulneráveis à especulação cambial. (A compra lenta e silenciosa do baht tailandês contribui para o otimismo da moeda (aumento do valor do baht) e leva a outras compras por outros participantes; a venda repentina no pico rende uma grande recompensa, a diferença entre o valor mais baixo anterior e o valor máximo da moeda. O valor do baht tailandês cai, o que significa que o custo das importações para a Tailândia dispara, afetando o emprego e o custo de vida de milhões de pessoas). Para fazer um "seguro" contra ataques especulativos à moeda, muitos países em desenvolvimento investem grande parte de seus ganhos estrangeiros na compra de títulos do Tesouro dos EUA, que podem ser convertidos em dólares e defender sua moeda contra ataques. A compra de títulos do Tesouro dos EUA aumenta o valor do dólar americano e o poder de compra dos importadores e consumidores dos EUA.
- A especulação cambial é apenas um dos jogos disponíveis para os gigantes financeiros. A especulação sobre o preço das commodities alimentícias é uma contribuição significativa para a fome global - e para o lucro financeiro.

A pressão sobre os países do Sul Global para desregular os fluxos de capital através de suas fronteiras é uma questão crítica na relação entre o centro e a periferia (Amin 2015). À medida que a financeirização do capitalismo transnacional avança, a pressão para liberalizar os fluxos de capital aumenta e a necessidade de os países da periferia manterem os controles de capital (como base para a soberania econômica) torna-se cada vez mais importante.

As relações econômicas entre o centro e a periferia estão inseridas em uma teia de aranha de acordos bilaterais, plurilaterais e multilaterais de comércio e investimento. Os acordos administrados pela OMC são de fundamental importância para regular o capitalismo transnacional e as relações do imperialismo. Em relação à assistência médica e à saúde da população, o Acordo TRIPS, o Acordo sobre Agricultura e o Acordo Geral sobre Comércio de Serviços (GATS) são particularmente importantes. As

⁵. O monopólio se refere à posição dos vendedores no mercado; o monopsônio se refere à posição dos compradores no mercado.

Enfrentando o capitalismo e o imperialismo na luta pela saúde

provisões para a Solução de Controvérsias entre Investidores e Estados em vários acordos bilaterais e plurilaterais têm um poderoso efeito inibidor sobre os governos que consideram regulamentar a saúde.

A criação de um regime de comércio global que facilitasse o desenvolvimento social e econômico dos países do Sul Global era o objetivo central da Declaração para uma Nova Ordem Econômica Internacional (NOEI) de 1974, veja abaixo. As esperanças depositadas na NOEI foram esmagadas pelo ajuste estrutural após a crise da dívida da década de 1980 e pela ascensão do neoliberalismo e o estabelecimento da OMC com seus vários acordos.

O cinismo do discurso sobre uma ordem baseada em regras é evidente na liberdade desfrutada pelos EUA de violar as regras da OMC quando lhes convém. Nos últimos anos, os EUA sabotaram efetivamente os procedimentos de solução de controvérsias da OMC para evitar que o Tribunal os considerasse culpados de violar as "regras" em sua guerra comercial contra a China.

A desvinculação e a priorização do comércio Sul-Sul têm sido defendidas como uma estratégia necessária para a autodeterminação e para o desenvolvimento social e econômico dos países da periferia há várias décadas (Amin, 1985). A importância dessa política se reflete na disciplina imperial imposta aos países que se recusam a se integrar ou que buscam a desvinculação (Rússia, China, Cuba, Irã, Coreia do Norte, Venezuela).

O argumento para a imposição de disciplinas imperiais é apoiado no centro imperial pelo lobby industrial militar e pela orientação do setor financeiro, reconhecendo o papel dos gastos militares na gestão da economia capitalista (essencialmente queimando dinheiro).

Um novo mundo multipolar

O equilíbrio geopolítico mudou um pouco nos últimos anos com o aumento da força econômica das "economias emergentes" e o desenvolvimento de novas alianças entre os governos do Sul Global, incluindo o BRICS (e o BRICS plus), o Grupo de Amigos em Defesa da Carta da ONU ([FUNC](#)), a Comunidade de Estados Latino-Americanos e Caribenhos (CELAC), a Aliança Bolivariana para os Povos da Nossa América - Acordo Comercial dos Povos (ALBA - TCP), a União das Nações Sul-Americanas (UNASUL), a União Africana e a ASEAN.

A China lançou ou apoiou várias iniciativas destinadas, entre outras coisas, a desafiar o império dos EUA e a abrir espaço para a cooperação Sul-Sul. Entre elas estão a Iniciativa Cinturão e Rota, a Organização de Cooperação de Xangai e o Novo Banco de Desenvolvimento. A China (e vários países periféricos) também está diversificando suas participações em moeda estrangeira, deixando de lado o dólar americano e aumentando o uso de outras moedas, inclusive o yuan, na mediação do comércio.

A redução do domínio do imperialismo unipolar se reflete na proposta da Índia e da África do Sul de renúncia às disposições do TRIPS para permitir um aumento mais rápido da disponibilidade de produtos médicos no contexto da pandemia de Covid. Esse debate continuou nas negociações para um "tratado sobre pandemia". Em ambos os casos, as vozes unificadas do Norte imperial rejeitaram com sucesso essas propostas de isenção.

Há uma certa distância entre buscar a renegociação de regras comerciais imperiais nos corredores do poder e quebrar as regras, como fez Chávez ao rescindir os acordos desiguais da Venezuela com a ExxonMobil e a ConocoPhillips em 2008. Esses dois casos - Índia e África do Sul buscando um acordo para uma isenção do TRIPS versus Chávez nacionalizando partes do setor petrolífero venezuelano - apontam para uma certa incerteza em relação a até onde os governos do Sul Global irão (poderão ir) ao desafiar as regras do imperialismo. As posições "radicais" adotadas pela Índia nas negociações



Enfrentando o capitalismo e o imperialismo na luta pela saúde

comerciais internacionais contrastam fortemente com o neofascismo do governo Modi e com a influência do pensamento neoliberal em suas políticas domésticas.

O caso indiano ressalta a importância da política interna para determinar até onde os governos do Sul Global irão para desafiar o imperialismo. O progresso econômico da Índia nas últimas décadas tem sido associado à sua integração na economia capitalista global e há poderosos interesses organizacionais e de classe em manter e expandir esse envolvimento. A Índia assumiu posições progressistas em várias questões de saúde e comércio nos últimos anos, em particular, a proposta de isenção do TRIPS em relação a produtos de saúde em caso de emergência. No entanto, internamente, a aliança corporativa Hindutva ([Patnaik 2019](#)) reúne neoliberalismo, neofascismo, comunalismo, desrespeito aos direitos humanos e aprofundamento da desigualdade.

O neoliberalismo forneceu a estrutura política abrangente para o ajuste estrutural e para a liberalização do comércio. Ele impulsionou a liberalização financeira (reduzindo os controles de capital e permitindo o acesso doméstico de instituições financeiras estrangeiras) e a harmonização de padrões e regulamentações (de acordo com as preferências e os interesses das corporações). No entanto, a maioria dos governos do Sul Global aderiu a esse programa, às vezes sob pressão hegemônica e, às vezes, quando os políticos locais se identificam com os interesses do capital transnacional.

Cuba é uma exceção e os 50 anos de bloqueio dos EUA, alertando outros países para que não sigam o mesmo caminho, são uma medida da importância do projeto neoliberal para o imperialismo. Entretanto, a resistência contínua de Cuba demonstra ao mundo que, mesmo sob tal pressão, a autodeterminação econômica é possível.

Uma nova ordem econômica e política internacional

Há lições a serem aprendidas com o apelo de 1974 para uma Nova Ordem Econômica Internacional. Essa foi uma grande tentativa dos países do Sul Global de renegociar os termos de sua participação na globalização capitalista com base em uma solidariedade fortalecida entre os países em desenvolvimento reunidos no Movimento dos Não Alinhados. (Veja Quadro 1, abaixo.)

Enfrentando o capitalismo e o imperialismo na luta pela saúde

O apelo de 1974 para uma Nova Ordem Econômica Internacional (NOEI)

O estabelecimento de uma Nova Ordem Econômica Internacional foi declarado pela Assembleia Geral da ONU há 50 anos, este ano, na [Resolução 3201 \(S-VI\)](#) e na [Resolução 3202 \(S-VI\)](#). A NOEI foi concebida, desenvolvida e patrocinada na ONU pelos países do Sul Global por meio do Movimento dos Não Alinhados e do G77.

A NOEI foi influenciada pela teoria da dependência, que argumentava que um fluxo líquido de valor do Sul para o Norte estava arraigado na estrutura da economia global e sugeria que os países em desenvolvimento deveriam usar tarifas para tornar as importações de manufaturados mais caras, para que os produtores locais pudessem se estabelecer; deveriam usar cotas de importação para restringir o volume de importações de manufaturados; e deveriam usar subsídios e apoio à infraestrutura para aumentar a competitividade de suas exportações nos mercados mundiais. A teoria da dependência também recomendava o cultivo do comércio Sul-Sul para evitar a troca desigual embutida no comércio Sul-Norte.

A NOEI compreendia uma série de demandas políticas transformadoras que convertiam a teoria da dependência em uma série de demandas políticas práticas relacionadas à governança econômica global. A NOEI:

- exigiu tratamento preferencial e não recíproco para os países em desenvolvimento em todos os campos da cooperação econômica internacional;
- afirmou o direito do Estado de nacionalizar ou transferir a propriedade de ativos de propriedade estrangeira para seus cidadãos;
- solicitou que fosse dado aos países em desenvolvimento acesso às conquistas da ciência e da tecnologia modernas e que fosse promovida a transferência de tecnologia e a criação de tecnologia nativa para o benefício dos países em desenvolvimento; e
- pediu a extensão da assistência ativa aos países em desenvolvimento por toda a comunidade internacional.

As esperanças da NOEI foram extintas pela crise da dívida da década de 1980 e pelas políticas de ajuste estrutural do FMI impostas como condição para o resgate da dívida; pela influência mais ampla das políticas econômicas neoliberais daquela época; e pelo conjunto de acordos comerciais introduzidos com a criação da OMC em 1994. Os acordos da OMC e os subsequentes acordos preferenciais de comércio e investimento forçaram progressivamente a abertura das fronteiras nacionais ao comércio e às finanças (mas não ao conhecimento técnico ou às pessoas).

Caixa 1. O apelo de 1974 para uma nova ordem econômica internacional

Duas críticas importantes foram dirigidas à NOEI: desenvolvimentismo e estatismo. A primeira crítica é que ela não desafiou a arquitetura fundamental da globalização; em vez disso, buscou condições mais equitativas para que os países do Sul Global participassem do capitalismo globalizado. Em vista da contínua degradação ambiental desde 1974, a falta de qualquer crítica ao caráter extrativista do capitalismo transnacional também é reconhecida como uma limitação significativa da NOEI.

A segunda crítica à NOEI foi sua orientação "estatista". As demandas da NOEI refletiam as prioridades dos governos, tentando superar as barreiras ao desenvolvimento social e econômico que surgem em um regime de trocas desiguais. Essa orientação estatista se reflete no contraste entre a retórica progressista da NOEI e o caráter autoritário de muitos dos regimes que lideraram o impulso para a NOEI. Sem uma forte demanda da sociedade civil por estratégias mais radicais, os governos do Sul Global se limitaram a buscar uma participação mais equitativa no capitalismo transnacional, e não o

Enfrentando o capitalismo e o imperialismo na luta pela saúde

seu desmantelamento. Se a segurança do governo depender da repressão interna, as demandas mais radicais por reestruturação em nível global também serão reprimidas.

No entanto, a necessidade de uma nova ordem econômica e política internacional não desapareceu.

Um conjunto de demandas de políticas transformadoras está sendo apresentado atualmente por governos do Sul Global, acadêmicos e organizações da sociedade civil. As reivindicações que estão sendo debatidas na OMS, na OMC, no IPCC e em outros fóruns incluem:

- tratamento especial e diferenciado,
- o direito ao desenvolvimento,
- transferências de tecnologia,
- um mecanismo de financiamento de perdas e danos para apoiar a adaptação às mudanças climáticas,
- responsabilidades comuns, porém diferenciadas,
- a isenção do TRIPS,
- equidade na preparação e resposta à pandemia,
- a regulamentação das empresas transnacionais,
- soberania alimentar e agroecologia, e
- desvincular o financiamento da inovação farmacêutica dos preços cobrados pelos medicamentos.

Essas reivindicações não estão fazendo grandes progressos. Os slogans transformadores são necessários, mas não suficientes.

A promessa de políticas internacionais progressistas por parte dos governos do Sul Global, inclusive como parte de alianças mais amplas, precisa ser acompanhada de um aprofundamento da luta pela responsabilidade democrática no âmbito interno e de uma convergência dos movimentos sociais em nível global para impulsionar a ruptura radical com o imperialismo.

Não está claro o quanto as novas solidariedades do Sul Global conseguirão alcançar. Os fatores determinantes incluirão:

- Se há um novo espaço político suficiente sendo aberto pelo novo mundo multipolar para promover as mudanças estruturais necessárias;
- Se os interesses compartilhados do Sul Global são suficientes para manter uma falange de poder por trás desse tipo de demanda;
- Se as demandas apresentadas por meio dessas novas alianças assumem a prevalência contínua do capitalismo e da globalização, ao mesmo tempo em que exigem termos mais equitativos para a participação, ou se buscam mudanças estruturais (ecossocialismo);
- Se há disposição entre os povos e os governos para seguir o caminho mais radical do ecossocialismo e da desvinculação, exigindo o desmantelamento do TRIPS em vez de tentar negociar uma isenção (haveria apoio popular suficiente para resistir às reações do imperialismo?)
- Se a perspectiva do aquecimento global e da degradação do habitat humano mudou a disposição dos governos e das pessoas de seguir o caminho do ecossocialismo?

Instituições de governança global

Uma "ordem baseada em regras" global para a governança global é uma boa ideia, um objetivo necessário.

Enfrentando o capitalismo e o imperialismo na luta pela saúde

O mundo está muito longe de ter um governo global; o cenário mais realista é o de um regime complexo de governança global, incluindo instituições para discussão e decisão e regras acordadas para orientar as relações internacionais e os governos nacionais.

Na forma, é isso que está em vigor atualmente: instituições (como o Banco Mundial, o FMI, a OMC, a OMS, o IPCC, o ICJ) e normas (regras comerciais, princípios de direitos humanos, direito do mar, diretrizes da OMS etc.).

No entanto, é evidente que essas estruturas são moldadas, em muitos aspectos, pelas demandas do imperialismo, mediadas pelos governos do Norte Global, pelas demandas diretas do capital transnacional, pela máquina ideológica capitalista e pelas filantropias capitalistas.

A OMS oferece um estudo de caso sobre como as estruturas e normas da governança global são moldadas pelas necessidades do imperialismo, especialmente por meio do controle do financiamento da OMS. Nos últimos quarenta anos, os países ricos manobram a OMS em uma posição em que ela é totalmente dependente de fundos de doadores para todos os seus programas técnicos. As contribuições obrigatórias reduziram-se a menos de 20% do total de gastos e os 80% restantes dos doadores (países e filantropos) são destinados estritamente aos projetos preferidos dos doadores.

Esse é o contexto no qual os sucessivos diretores gerais da OMS foram forçados (por Rockefeller, pelo Banco Mundial e pelos EUA) a adotar o modelo de "cobertura universal de saúde" que, conforme descrito anteriormente, dá cobertura à mercantilização e à privatização da assistência médica.

O controle imperial da governança global (incluindo a governança global da saúde) é contestado por governos progressistas e por uma infinidade de movimentos políticos e sociais (incluindo o MSP). Embora esses movimentos políticos e sociais se organizem e defendam tanto no âmbito internacional quanto no doméstico, sua base, suas raízes, são necessariamente domésticas.

A dissolução do imperialismo norte-americano envolverá a ação de governos progressistas (responsabilizados por seus povos) e alianças de governos progressistas (e democraticamente responsáveis) e de movimentos políticos e sociais que se organizam nacional e internacionalmente. Essas ações para a dissolução do imperialismo incluirão a renegociação de acordos, a criação de novas instituições e, quando necessário, violações radicais das normas do império.

Países e povos individuais estarão particularmente vulneráveis em momentos diferentes (assim como o povo palestino está neste momento); uma condição adicional para o sucesso será a solidariedade além das fronteiras, solidariedade além das diferenças.

Opressões transversais de classe, gênero, etnia, religião e deficiência

A dissolução do capitalismo e do imperialismo são condições necessárias para a preservação de um mundo habitável, para a cura da fissura metabólica e para um mundo equitativo, sustentável e inclusivo. Ao mesmo tempo, também é necessário abordar as opressões e discriminações nas hierarquias de poder em termos de gênero, raça/etnia/casta, classe e capacidade. Embora essas opressões geralmente sejam anteriores ao capitalismo, elas são inflamadas pelos estrategistas do capital como parte de uma campanha para dividir e conquistar, e muitas das explorações impostas por essas opressões foram criadas ou elaboradas pelo capital. Entre os exemplos estão o trabalho não remunerado das mulheres; as discriminações em empregos e na educação entre as hierarquias de raça, casta e classe; e as exclusões de deficientes.

Entretanto, as feridas dessas opressões não podem ser atribuídas apenas às explorações e estratégias do capital. Elas têm outras raízes, em muitos casos muito mais antigas do que o capitalismo. Para lidar

Enfrentando o capitalismo e o imperialismo na luta pela saúde

com essas feridas, é necessário entender como as opressões nas hierarquias de poder são mediadas. Essas mediações incluem formas costumeiras de pensar (e falar) e as formas e práticas institucionais que normalizam essas opressões.

Abordar essas suposições e práticas em nossas próprias vidas e em nossos compromissos ativistas envolve auto reflexão, escuta ativa em relação às diferenças (abrindo espaço para que a experiência seja compartilhada) e estar aberto a ouvir e rever práticas. Envolve a construção da solidariedade entre as diferenças em nossos compromissos ativistas, incluindo a solidariedade na ação. A unidade forjada por meio dessa reflexão e da solidariedade pode fortalecer enormemente o movimento.

O conceito de interseccionalidade reconhece os vários eixos diferentes de diferença nos quais a opressão, a exploração e a exclusão podem operar. Ele também destaca como as formas de pensar e as práticas associadas à libertação em um eixo de diferença (por exemplo, em gênero) podem ainda incorporar as estruturas de opressão em outro (por exemplo, em raça/etnia).

O compromisso com a práxis interseccional é, portanto, um compromisso com a realização da justiça em todos esses eixos. A compreensão do acesso aos serviços de saúde no contexto da saúde sexual e reprodutiva exige o conhecimento da experiência diferencial. Isso se reflete, por exemplo, nos debates sobre o acesso aos serviços de contracepção e aborto em todo o mundo, que chamam a atenção para as desigualdades no acesso às demandas do direito à saúde segura para as pessoas marginalizadas e desfavorecidas. O corpo reprodutivo tem sido, ao longo da história, um dos principais locais de negociação capitalista e de promoção dos interesses de desenvolvimento do Estado. As demandas por justiça e o exercício da solidariedade estão, portanto, enraizados em um desafio direto ao paternalismo estatal e à negociação política que priva as comunidades dos direitos à assistência médica segura e acessível e, de forma mais ampla, do direito de viver. A ênfase no gênero e na interseção de outras identidades nos eixos de gênero torna-se imperativa para qualquer discussão sobre saúde.

A interseccionalidade não é um convite à fragmentação dos movimentos populares com grupos de identidade estritamente definidos, cada um preocupado com suas próprias lutas. Em vez disso, ela defende a construção da reflexão, da escuta e da abertura à crítica construtiva em todos os nossos compromissos com pessoas que são (ou que podem ser) diferentes. Defende o cultivo da solidariedade em nosso ativismo.

Ideologia

A estabilidade da ordem mundial contemporânea depende da manutenção de um ambiente cultural que seja consistente com a desigualdade econômica e o extrativismo voraz. Isso envolve a formação deliberada da subjetividade das pessoas (cultivando a insegurança, o individualismo, o materialismo) e a formação de normas sociais mais amplas de bom e ruim (a "fabricação do consentimento").

Um dos principais elementos desse programa é a ilusão de que a "democracia liberal" é de alguma forma identificada com a soberania do povo e que seus processos eleitorais geram um governo representativo e responsável. De fato, a "democracia liberal" consolida a liberdade do capital em relação à democracia. As decisões de investimento moldam a história, mas no capitalismo liberal democrático essas decisões são tomadas de forma privada e no interesse do lucro privado. Do ponto de vista do bem-estar das pessoas e do planeta, a única justificativa para esse sistema seria a beneficência mágica da "mão invisível" das forças de mercado, o que é uma proposta duvidosa.

O neoliberalismo é uma estrutura ideológica construída em torno da beneficência das forças de mercado e do incentivo ao lucro. As pessoas pobres precisam de rendas mais baixas para que possam trabalhar; as pessoas ricas precisam de rendas mais altas para que possam trabalhar. A liberalização do comércio como um "bem" fundamental faz parte dessa estrutura.

Enfrentando o capitalismo e o imperialismo na luta pela saúde

As instituições que produzem o consentimento para o capitalismo extrativista são diversas e operam de maneiras diferentes. Em muitos casos, sua função ideológica é enxertada em outros objetivos sociais: educação, serviços de notícias, entretenimento, marketing.

O desafio de alcançar as pessoas que foram prejudicadas pela desigualdade ou injustiça e que estão sendo atraídas pelo fascismo é uma capacidade crítica para os ativistas de movimentos sociais (e será um importante tópico de discussão na ASP5). Nem a gritaria nem a argumentação racional têm um histórico positivo. Na verdade, a maré crescente do neofascismo encontra segurança nos gritos e, em muitos contextos, dispensou completamente os fatos e a lógica. Ouvir suas experiências vividas e demonstrar um compromisso com a equidade e a justiça pode ter uma probabilidade maior de construir pontes.

----ooooOOOOOOoooo----

Capítulo 6. Futuros possíveis: implicações para a Luta pela Saúde

A estratégia requer previsão; especulação informada sobre como a história se desenvolverá.

As tendências atuais com relação à existência humana sugerem:

- emissões contínuas, extrativismo e crescimento,
- acelerando o aquecimento,
- mais regiões se tornando inabitáveis,
- insegurança alimentar, deslocamento populacional e conflito,
- desespero e barreiras de concreto.

As tendências atuais com relação à economia global apontam para isso:

- aprofundamento da desigualdade,
- evaporação contínua de bons empregos, emprego cada vez mais dependente de empregos precários, exploradores e mal remunerados, e
- aprofundamento da crise fiscal e da austeridade.

De forma mais ampla, em termos de como as sociedades operam, as tendências atuais sugerem:

- securitização da nação e da classe (muros na fronteira e condomínios fechados),
- alienação, desesperança, recolhimento a câmaras de eco, chauvinismo, comunalismo e fascismo.

A geopolítica sugere que as coisas continuam como sempre:

- declínio contínuo dos EUA,
- aumento do conflito entre EUA e China,
- guerras imperiais contínuas, aumento da probabilidade de grandes guerras e
- desvio contínuo de recursos para gastos militares.

Mais possibilidades de esperança

Os cenários mais esperançosos incluem:

- A aceleração da degradação ambiental impulsiona a insistência global em abordar os fatores que provocam o aquecimento global e a degradação ambiental; essa insistência é manifestada por povos unidos globalmente e por governos do Sul Global e, cada vez mais, por governos do Norte Global;

Enfrentando o capitalismo e o imperialismo na luta pela saúde

- pressão crescente para uma resposta global mais equitativa ao aquecimento global, incluindo um compartilhamento mais justo dos custos de adaptação; impulsionada por povos unidos globalmente e pelos governos do Sul Global;
- Aumento da resistência à degradação das condições de trabalho; liderado globalmente pelo movimento trabalhista e fornecendo apoio para mudanças estruturais na governança econômica global;
- aumento da recusa em face do aprofundamento da desigualdade global; aumento da resistência à austeridade fiscal em face da riqueza obscena do 1%;
- rejeição cultural cada vez maior das respostas chauvinistas, xenófobas, nacionalistas e fascistas à policrise;
- o declínio do imperialismo dos EUA e os novos centros de poder geopolítico abrem espaço para que os governos do Sul Global ganhem nova influência sobre a governança global; o retorno à proeminência do movimento não alinhado (NAM); um novo mundo multipolar.

Especular sobre o futuro é repleto de incertezas; tendências e eventos imprevistos surgirão. Entretanto, as tendências esperançosas não "surgem" simplesmente; elas precisam ser ativamente alcançadas.

Um novo movimento de internacionalismo seria um novo espaço de esperança. Desse ponto de vista, o papel do MSP como um movimento global é precioso.

A determinação de mudar a história precisa de esperança e a esperança precisa de inspiração. O restante deste capítulo analisa algumas ideias que inspiram: ecossocialismo, Bem Viver, decolonialidade, atenção primária à saúde e novas configurações geopolíticas.

Ecossocialismo e planejamento econômico democraticamente responsável

As escolhas de investimento desempenham um papel fundamental na formação de nosso futuro. O controle privado do investimento, motivado pelo lucro, não conseguiu atender às necessidades reais das pessoas e da natureza e continuará a falhar. A voracidade do capital - a busca pelo lucro acima de tudo - está impulsionando o aquecimento global, a perda da biodiversidade e o aprofundamento da desigualdade.

O capitalismo está promovendo a degradação ecológica e resistindo a qualquer movimento em direção à sustentabilidade ecológica. É evidente que precisamos de algum tipo de ecossocialismo ([Hickel 2023](#)), mas de que tipo e por quais caminhos?

A democracia liberal afirma fornecer uma estrutura institucional para o planejamento e a implementação de uma resposta racional aos problemas da sociedade, como a crise ecológica. Entretanto, oculto no termo "democracia liberal" está a liberdade *da* democracia proporcionada aos proprietários de capital; o investimento como manifestação dos direitos de propriedade. Mas as decisões de investimento são fundamentais para moldar o desenvolvimento social e econômico. Se quisermos construir uma civilização global que viva dentro dos limites do nosso planeta, as decisões de investimento precisam estar sujeitas a um planejamento democraticamente responsável; planejamento econômico.

Os modelos históricos do socialismo não foram sintonizados com os limites planetários do crescimento. De fato, a externalização dos custos de produção para o meio ambiente foi uma característica proeminente do socialismo na União Soviética.

O ecossocialismo precisará permanecer dentro dos limites planetários. Os gastos com consumo no ecossocialismo estarão subordinados a uma cultura mais ampla de Bem Viver. A boa vida será

Enfrentando o capitalismo e o imperialismo na luta pela saúde

progressivamente desvinculada do consumo material, mas as pessoas ainda precisarão de alimentos, roupas, iluminação, aquecimento e transporte. Em particular, as comunidades que foram empobrecidas pelo capitalismo precisarão de um aumento nos recursos para o consumo. A Bem Viver terá espaço para atividades criativas, companheirismo, produção local de alimentos e muitos outros valores não materiais.

Os gastos com investimentos e a acumulação de recursos para esses gastos continuarão sendo uma característica de qualquer economia futura. As comunidades que foram empobrecidas e excluídas pelo capitalismo têm direito a casas, hospitais, escolas e estradas e reivindicarão esses direitos no ecossocialismo. Também no mundo rico, ainda haverá a necessidade de alguns gastos com investimentos, dentro de uma cultura de Buen Vivir, incluindo, por exemplo, a reestruturação dos sistemas de energia para mitigar o aquecimento global.

Os recursos para os gastos necessários com investimentos podem ser acumulados de diferentes maneiras, incluindo um excedente gerado na produção e no comércio, bem como na tributação. O que importa é que a geração desse excedente não é o motor da economia; em vez disso, é a necessidade de tal investimento que impulsiona a acumulação, dentro do contexto de limites firmes sobre a pegada ecológica agregada da humanidade.

Rejeitar as reivindicações da "democracia liberal" não deve significar o abandono dos princípios de uma política responsável, transparente e consensual. Essa política será essencial para a construção do ecossocialismo, corrigindo a desigualdade, cultivando a boa vida em vez de maximizar o consumo e valorizando os direitos dos insetos, das florestas e dos recifes de coral. Em suma, um novo tipo de democracia. De que tipo?

Não podemos ser muito prescritivos sobre como será o ecossocialismo e como os princípios da política democrática serão expressos em diferentes culturas e épocas. Por enquanto, deve ser suficiente identificar os contornos gerais desses cenários e trabalhar para alcançá-los, deixando os detalhes para serem elaborados no contexto das transformações necessárias.

Buen Vivir (Bem Viver)

O conceito do Bem viver causou um grande impacto no pensamento progressista da América Latina. Breilh⁶ forneceu uma introdução rica para leitores ingleses, centrada no "bem-estar":

O bem-estar, de fato, denota a incorporação cultural-espiritual de uma reprodução social material saudável. Nesse sentido, é um componente importante da saúde no paradigma da epidemiologia crítica. O bem-estar, portanto, implica tanto uma incorporação material de modos e estilos de vida protetores, solidários, fortalecedores, seguros, satisfatórios e saudáveis - que superam com sucesso os elementos contraditórios dos destrutivos, prejudiciais, alienantes e insalubres - quanto uma incorporação proativa subjetiva, cultural e espiritual, que surge da satisfação relacionada a atividades seguras, gratificantes, prazerosas, criativas, coletivas e pessoais.

Breilh reconhece a contribuição das tradições indígenas para a crescente valorização do Bem viver:

As sociedades latino-americanas com forte presença de culturas indígenas fornecem alguns motivos para otimismo. Um paradigma crítico, acadêmico e emancipatório relacionado à sociedade, à vida e à saúde

⁶. Breilh, Jaime. *Critical Epidemiology and the People's Health [Epidemiologia Crítica e a Saúde do Povo]*. Editado por Nancy Krieger. Oxford : Oxford University Press, 2021.

Enfrentando o capitalismo e o imperialismo na luta pela saúde

pode ser facilmente harmonizado com a filosofia e os princípios do conhecimento dos povos indígenas, suas formas harmoniosas e ecossensíveis de se relacionar com a Mãe Natureza e seu ethos baseado na comunidade que substitui a competitividade pelo compartilhamento e pela provisão mútua.

[Bobato et al](#), falando a partir da perspectiva do MSP na América Latina (MSP-LA), descrevem a cosmovisão indígena (cosmomiento) que inspirou e informou a adoção social e política mais ampla do Bem Viver.

Em cada uma das culturas, uma cosmogonia é produzida como resultado da relação entre as pessoas e a natureza. É a maneira pela qual os seres humanos representam a origem do mundo, seu lugar no cosmos, sua concepção do universo, o sentido da passagem humana que cria uma imagem do mundo que uma sociedade dá a si mesma como resultado dos mais variados conhecimentos, do "cosmomiento", das tradições e das intuições. O "cosmomiento" é uma palavra proposta na 3ª Cúpula Continental dos Povos Originários de Abya Yala [das Américas] e refere-se ao fato de que não se trata apenas do conhecimento do ser humano, que na cultura antropocêntrica está associado ao poder e ao prestígio social, mas também do conhecimento de todos os seres visíveis e invisíveis, orgânicos e não orgânicos, orgânicos, tangíveis e intangíveis.

A sabedoria ancestral, proveniente da profundidade das visões de mundo das pessoas que sempre habitaram nosso AbyaYala, nos lembra que há outras formas de sentir e viver a vida, que pertencemos a uma força superior a nós, que ao mesmo tempo nos constitui.

[...]

Como membros do MSP-LA, estamos convencidos de que o Bem Viver é a saída para esse sistema predatório. É a única alternativa ao modelo capitalista colonial, à modernidade, ao desenvolvimento e ao extrativismo. A boa vida milenar pode salvar o planeta, as visões de mundo emancipatórias dos povos indígenas são revitalizadas, reconstituídas e podem ser a base dos projetos políticos dos povos após 521 anos de resistência. Estamos caminhando para a livre autodeterminação e autonomia dos povos e, nesse caminho, a partir de nosso Movimento, buscamos contribuir para a construção da Soberania Sanitária de nosso povo.

Nos últimos anos, o Bem Viver tem se apresentado como uma importante corrente de reflexão na América Latina. Ele implica uma mudança profunda no modelo civilizatório atual.

A ideia do Bem Viver teve um amplo impacto, além da América Latina.

Outras culturas indígenas e tradicionais também estão contribuindo para pensarmos em como sair desse sistema predatório. Os conhecimentos tradicionais das culturas indígenas da Austrália são transmitidos em histórias, mas, diferentemente da tradição iluminista, são conhecimentos que abrangem a moralidade e a agência, bem como a história, a ciência, a geografia e a astronomia. A "tradição iluminista" imagina o conhecimento como a descrição de uma suposta realidade (desprovida de moralidade por ser "objetiva") e sem espaço para o sujeito que sabe ou para a agência (o sujeito que age). Os conhecimentos iluministas estão fora do "mundo real" porque são uma descrição dele. Então, onde eles estão? Na lua? A academia também está fora do mundo real?

Essas formas de conhecimento não estão necessariamente em oposição, mas enquanto as histórias de origem podem acomodar percepções científicas, os conhecimentos reducionistas não têm espaço para a ética, a subjetividade ou a agência.

As percepções culturais de outras tradições também estão construindo o escopo da ação cultural, incluindo o pensamento feminista contemporâneo, que buscou integrar a anticolonialidade do feminismo do Terceiro Mundo com as percepções antipatriarcais do feminismo da "segunda onda".

Enfrentando o capitalismo e o imperialismo na luta pela saúde

É necessário enfrentar a discriminação de gênero, o racismo, o disablismo e outras formas de discriminação com base nos direitos humanos, na justiça e na solidariedade. No entanto, isso também faz parte do desafio ao capitalismo porque enfraquece o poder das estratégias de divisão e conquista. Em culturas em que a diversidade étnica e de gênero é valorizada, o discurso de ódio e a xenofobia têm um alcance mais limitado.

Decolonialidade

A descolonização não se trata apenas de substituir as estruturas do governo colonial por novas instituições de governança representativa. Os resíduos da presença colonial persistem nas instituições de educação, serviços públicos, serviços e comércio, e em nossas mentes.

A experiência da colonização europeia deixa para trás suposições sobre as pessoas no mundo (homem branco no centro) e sobre a natureza do conhecimento (uma representação de uma realidade singular). O antropocentrismo do legado colonial contribui para uma orientação extrativista contínua. A visão realista e representativa do conhecimento é incapaz de perceber os diferentes sujeitos que estão falando com diferentes conhecimentos e é incapaz de ouvir que os ex-mestres coloniais ainda estão falando.

A decolonialidade questiona a visão antropocêntrica da humanidade em nossa relação com a natureza e busca abrir espaço para a soberania dos rios, plânctons e insetos. A decolonialidade desafia a epistemologia da verdade representacional e reconhece a presença do sujeito em diferentes conhecimentos e o pluralismo de conhecimentos correspondentes à experiência vivida pelos conhecedores.

Atenção primária à saúde

A Declaração de Alma-Ata sobre a Atenção Primária à Saúde continua sendo uma inspiração para os profissionais de saúde progressistas. A cláusula 3 da declaração cita o apelo por uma NOEI e, ao fazê-lo, localiza a luta pela saúde no contexto da economia e da política globais.

A Declaração fornece orientação prática aos profissionais de saúde sobre a importância do acesso à atenção primária à saúde e a necessidade de ação sobre as condições que moldam a saúde da comunidade. Ela convida os profissionais de saúde a se verem trabalhando em parceria com suas comunidades, não apenas prestando serviços médicos, mas trabalhando juntos para fortalecer a assistência médica e se engajar na produção de comunidades saudáveis.

Apreciar o significado de Alma-Ata, ao promover essa parceria de saúde comunitária, aponta para a importância de confrontar as forças políticas que estão buscando comercializar e privatizar a assistência médica. Particularmente preocupante é a campanha do Banco Mundial/OMS em torno da "cobertura universal de saúde", que dá cobertura ao projeto de comercialização e privatização da assistência médica.

Ainda há espaço para desenvolver a narrativa da atenção primária à saúde, inclusive trazendo as ideias do ecossocialismo e do Bem Viver para a luta contínua para alcançar a Saúde para Todos.

Novas configurações geopolíticas

As estruturas de poder do imperialismo e do capitalismo transnacional estão sendo desafiadas pelos governos do Sul Global, incluindo novas alianças e novas possibilidades nos espaços entre os EUA e a China.

Enfrentando o capitalismo e o imperialismo na luta pela saúde

Há motivos para otimismo decorrentes das novas alianças entre os governos do Sul Global (veja a discussão sobre o [Novo Mundo Multipolar](#), acima). Entretanto, a experiência da NOEI de 1974 sugere alguns riscos e certas condições para o sucesso.

A solidariedade intergovernamental expressa no impulso para a NOEI não foi fácil de ser alcançada e envolveu longas negociações para lidar com os diferentes interesses de diferentes blocos dentro do Movimento dos Não Alinhados. As alianças contemporâneas também precisam lidar com diferentes perspectivas. (Por exemplo, os interesses do Grupo Cairns de exportadores agrícolas (que inclui vários países em desenvolvimento) não se alinham totalmente com os interesses dos países em desenvolvimento que precisam proteger a agricultura nacional).

Uma segunda lição da NOEI surgiu do contraste entre as orientações políticas progressistas apresentadas pelos governos participantes e as políticas internas autoritárias de alguns desses governos. Se a transformação global em perspectiva for além de "abrir espaço" para os países em desenvolvimento em um regime de globalização neoliberal, as orientações políticas necessárias (que incluem a mudança para o ecossocialismo) precisarão estar associadas a uma poderosa convergência de movimentos sociais e políticos, defendendo as condições de vida e suas várias heranças culturais e ambientais, o que pode levar os governos democraticamente responsáveis a ir além dos objetivos de "abrir espaço".

----ooooOOOOOOoooo----

Capítulo 7. Ação do MSP: enfrentando o capitalismo e o imperialismo

Este capítulo final analisa algumas das suposições, estratégias e formas de ação envolvidas no enfrentamento das forças e da dinâmica do capitalismo transnacional.

Nosso ponto de partida é o MSP dentro de um espectro de movimentos políticos e sociais que enfrentam o capitalismo e o imperialismo. As tarefas críticas são a construção de uma convergência de movimentos sociais e políticos com base na solidariedade e no reconhecimento de uma causa comum, e o aprofundamento de alianças estratégicas com governos progressistas em todo o Sul Global.

Ação cultural e política direta

A ação cultural (commoning, viver de forma diferente) envolve resistir à mercantilização, à alienação e à degradação ambiental em nossas próprias vidas e em nossas comunidades. Inclui ação direta (cultural e política) para confrontar os vigaristas corporativos e políticos. Envolve viver de forma diferente e recuperar os bens comuns.

A ação cultural é necessária para restaurar e manter a esperança; para construir a fé no poder potencial do "povo unido"; e para criar o compromisso e a resiliência da comunidade necessários para desafiar e resistir à reação do capital.

A ação cultural para a saúde será informada pelas percepções da decolonialidade e pelos princípios do Bem Viver.

Defesa de políticas direcionada a ações governamentais

As estratégias para a mudança do sistema podem se concentrar na defesa de políticas direcionadas a ações governamentais e/ou ações culturais e políticas diretas.

Enfrentando o capitalismo e o imperialismo na luta pela saúde

A ação do governo é uma parte necessária para a realização de mudanças estruturais em larga escala, em nível local, nacional e internacional. No entanto, a eficácia da defesa de políticas para alcançar mudanças depende da integridade, da responsabilidade e da responsabilidade democrática do governo.

Sob a globalização neoliberal, a capacidade do governo de atender às pessoas e proteger a Mãe Terra é limitada:

- falta de controle sobre o investimento,
- o poder político das grandes corporações (doações de campanha, subornos, portas giratórias),
- o poder mais amplo do capital por meio do "sentimento do mercado", e
- a ameaça de intervenção imperial (sanções financeiras, desestabilização secreta, ação militar).

A menos que a ação governamental seja democraticamente responsável, ela não conseguirá superar essas fontes de resistência. A criação de movimentos sociais e políticos, enraizados em suas comunidades, que possam impor essa responsabilidade envolve ações culturais e políticas diretas.

Solidariedade e convergência

A agência do povo é expressa em movimentos sociais e políticos. O People's Health Movement (Movimento pela Saúde dos Povos) faz parte de um desses movimentos; chamamos esse movimento de Saúde para Todos. O MSP tem trabalhado de várias maneiras nos últimos 24 anos para construir redes em todo esse movimento global Saúde para Todos.

A luta pela saúde ocorre ao lado de muitas outras lutas que abordam diferentes prioridades em diferentes contextos, embora, em muitos aspectos, as circunstâncias subjacentes sejam enquadradas pelas mesmas estruturas profundas. No entanto, embora cada um desses movimentos busque seus próprios objetivos e estratégias, sem a colaboração entre os movimentos, as estruturas subjacentes, inclusive o capitalismo transnacional, permanecem incontestadas.

Coordenar as vozes das pessoas nesses diferentes movimentos requer caminhos de convergência; convergência entre o movimento trabalhista, o movimento de justiça de gênero, o movimento ambientalista, o movimento agroecológico e de soberania alimentar, vários movimentos de libertação nacional e seus movimentos de solidariedade afiliados. A convergência exige uma escuta profunda em meio às diferenças, solidariedade onde outros estão sofrendo e reconhecimento das estruturas comuns de opressão e degradação.

Os usos da "identidade" são geralmente estruturados em torno de eixos específicos de opressão ou discriminação (gênero, etnia, capacidade etc.). Essas opressões devem ser confrontadas, mas precisamos ir além das múltiplas lutas separadas pela libertação.

A noção de interseccionalidade destaca as múltiplas identidades que coexistem dentro de cada um de nós e o papel do contexto em trazer diferentes identidades à tona ou deixá-las sem reconhecimento. Em um movimento social como o MSP, o patriarcado, os estereótipos étnicos, a heteronormatividade e o capacitismo podem trazer discriminações irrefletidas para a nossa colaboração. A abertura ao feedback e o aprofundamento da solidariedade por meio da escuta das diferenças são recursos essenciais para a construção do movimento.

Também precisamos reconhecer o papel que o capitalismo desempenha na reprodução dessas opressões distintas. As lutas identitárias específicas precisam ser contextualizadas em uma análise mais ampla do capitalismo, incluindo a análise de classe. Todos os eixos de opressão devem ser abordados; uma política de amor e direitos é fundamental para a construção da solidariedade e da convergência necessárias para derrubar o capitalismo.

Enfrentando o capitalismo e o imperialismo na luta pela saúde

Priorizar nossas conexões com as comunidades

As mensagens do MSP e a nossa força política dependem do fato de termos conexões ricas com as comunidades cujas necessidades buscamos promover e de cujas vozes dependemos.

Devemos continuar a construir o MSP de baixo para cima, dando prioridade ao nosso trabalho em nível nacional e regional. O Plano Estratégico do MSP (2020-2025) compromete nossos programas globais e círculos temáticos a redirecionar sua organização e atividades para se envolverem mais estreitamente com os ativistas do MSP (e potenciais ativistas) que trabalham nos círculos nacionais e regionais.

O projeto de convergência de movimentos também começa em nível nacional e regional. Isso envolve a criação de parcerias com movimentos políticos e sociais que estejam amplamente alinhados com as orientações do MSP, desenvolvendo a comunicação e o intercâmbio com esses aliados (e aliados em potencial).

Na América Latina, por exemplo, o MSP vem construindo e consolidando novas alianças com uma série de redes, incluindo o Movimento Agroecológico Latino-Americano (MAELA), o Movimento de Economias Sociais e Solidárias, a Via Campesina, a Campanha por um Currículo Global, a Universidade Bem Viver, o Fórum de São Paulo e muitas outras.

O princípio macro micro

Este documento foi preparado com um foco específico no enfrentamento do capitalismo na luta pela saúde. Esse é um material de grande porte, mas não deve ser visto, de forma alguma, como uma alternativa ao enfrentamento da miríade de questões locais e imediatas que as comunidades estão enfrentando, incluindo o acesso à saúde e a determinação social da saúde da população.

O desafio do ativista é abordar as questões locais e imediatas de forma a abordar também as questões estruturais macro e de longo prazo. A forma como essa ideia será concretizada dependerá das circunstâncias locais, mas envolverá a elaboração de narrativas que falem sobre essas relações macro e micro.

Revolução, incerteza e ação

No passado, a luta revolucionária era vista como o principal caminho para as profundas mudanças sociais e políticas necessárias para substituir o capitalismo. Esse ainda é o caso em muitos cenários, mas o escopo da transformação revolucionária em escala global na era da globalização neoliberal imperialista transnacional parece mais incerto.

Entretanto, os assuntos políticos e a história são geralmente imprevisíveis. Em tempos caóticos, pequenos distúrbios podem levar sistemas complexos para além da estabilidade.

A Quinta Assembleia pela Saúde dos Povos oferece ao nosso movimento a oportunidade de explorar e se envolver com as questões levantadas neste documento. A partir desse engajamento, desenvolveremos um Call to Action (Chamado à Ação) que fornecerá orientações gerais para o ativismo do MSP em todo o mundo. Nosso mundo está em uma crise profunda; compreender as causas básicas dessa crise é fundamental para determinar a ação necessária para trazer nosso mundo de volta ao equilíbrio.
Saúde para todas as pessoas agora!!! Continua sendo nosso apelo e trabalharemos incansavelmente para atingir esse objetivo.